



Ensaios acerca da imprensa periódica rio-grandina na década de 1880

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

90



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Ensaios acerca da imprensa periódica rio-grandina na década de 1880



- 90 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Ensaios acerca da imprensa periódica rio- grandina na década de 1880



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Marcelo França de Oliveira

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Ensaios acerca da imprensa periódica rio-grandina na década de 1880
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 90
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Novembro de 2024

ISBN – 978-65-5306-012-8

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 12 maio 1889

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

Na década de 1880, a imprensa periódico riograndina passava por verdadeiro apogeu, em se tratando do século XIX. Desde os primórdios dos Oitocentos, a cidade do Rio Grande crescentemente se firmou como mais importante porto sul-rio-grandense, constituindo um entreposto comercial fundamental para a província. A localidade constitua a porta de entrada provincial pela qual chegavam as importações de toda espécie, mas também levas de viajantes e imigrantes, jornais, livros e companhias artísticas. Ao mesmo tempo, a urbe portuária era o ponto primordial de escoamento da produção pecuário-charqueadora gaúcha. Tais avanços econômicos propiciaram um incremento na densidade populacional e também promoveram a criação de um local propício ao aprimoramento cultural, em meio ao qual ocorreu a evolução do periodismo.

No decênio em pauta, na cidade do Rio Grande praticava-se o que se poderia convencionar como um jornalismo de ponta, que estava à altura de algumas das mais importantes localidades do Império Brasileiro. Nessa época consolidou-se um processo de crescimento e diversificação das atividades jornalísticas, havendo também uma especialização da imprensa, com a circulação de variados gêneros como noticiosos, políticos, literários, ilustrados, humorísticos, satíricos e ainda aqueles que representavam determinados segmentos socioeconômicos citadinos.

Dentre os jornais que circulavam no âmbito rio-grandino da época esteve o *Diário do Rio Grande*, fundado em 1848, com circulação diária, e vindo a tornar-se um dos mais longevos periódicos citadinos, sendo editado até 1910. De acordo com o jogo partidário do período imperial, marcado pelo antagonismo entre conservadores e liberais, o *Diário* teve duas fases distintas identificadas por certa aproximação com cada uma das agremiações. Assim, desde o seu surgimento até 1877, a publicação esteve ao lado dos conservadores, modificando sua posição a partir de 1878, por motivo de alteração de proprietário, quando passou a apoiar os liberais. A implantação da forma republicana de governo trouxe modificações nessa ordenação da folha, que passou por várias etapas de indefinições, até o seu desaparecimento. Apesar dessas proximidades com os partidos políticos, o *Diário do Rio Grande* realizou um grande esforço editorial no sentido de alocá-lo como um jornal que tinha a notícia por primado editorial, vindo em diversos momentos a propalar uma postura apolítica e/ou apartidária, embora não deixasse de se manifestar em tal campo em momentos de maior agitação político-partidária.

No rol das publicações diárias rio-grandinas esteve também inserido *O Comercial*, cuja circulação decorreu entre 1857 e 1886. A linha editorial da publicação, conforme seu próprio título, foi essencialmente mercantil, uma vez que pretendia constituir uma edição que prestasse a melhor informação, quantitativa e qualitativamente, a respeito do setor comercial, intentando, assim, auxiliar na organização e desenvolvimento de uma das bases da estrutura econômica da cidade do Rio Grande. Além de

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

preocupar-se com as atividades mercantis, o periódico buscava atender também a outros setores produtivos da Província, chegando a intitular a si mesmo como “jornal de indústria e agricultura”. Do ponto de vista político-partidário, *O Comercial* posicionou-se ao lado dos conservadores.

Outra publicação periódica rio-grandina dos anos 1880 foi o *Eco do Sul*, que passou a circular no Rio Grande em 1858 e constituiu uma das mais duradouras folhas citadinas, tendo circulado até 1934. Dentre os diários da urbe portuária foi um dos mais engajados em termos político-partidários, filiando-se à causa conservadora e mesmo chegando por determinado período a oficializar tal postura ao anunciar em seu frontispício que se tratava de um “órgão do Partido Conservador”. Nessa linha, apoiou peremptoriamente as ações e construções discursivas do denominado “partido da ordem”, ao passo que combateu severamente os adversários liberais. Com o surgimento da República, primeiramente aliou-se aos dissidentes republicanos e, pouco depois, aos federalistas, vindo a constituir uma das mais importantes publicações sul-rio-grandenses que se colocaram na oposição e resistência ao regime castilhista-borgista, o qual dominou o Rio Grande do Sul durante praticamente toda a República Velha.

Ainda em meio aos diários da cidade do Rio Grande da década de 1880 esteve o *Artista*. Tal folha foi criada em 1862, como um semanário que representava os artífices citadinos, orientando seu discurso no sentido de defender a causa desses trabalhadores e promover o embate contra “poderosos e aristocratas”. Ainda na década de 1860, o periódico passaria por uma ampla reforma estrutural, tipográfica e no seu norte editorial,

de modo que viria a transformar-se em um dos principais diários rio-grandinos, de cunho comercial, político e noticioso. No que tange ao fundamento político-partidário, o *Artista* desde o início aliou-se aos liberais, e, mesmo que não tenha chegado a constituir um órgão partidário, tornou-se um verdadeiro doutrinário liberal, em defesa das causas de tal agremiação e fazendo significativa oposição aos conservadores. Com a República, após várias etapas de indefinição editorial, viria a desaparecer em 1912.

Além dos jornais diários, o jornalismo rio-grandino dos anos 1880 foi também composto por uma pequena imprensa, formada normalmente por representantes que não possuíam uma estrutura comercial tão consolidada quanto àqueles, vindo a constituir em geral publicações pouco perenes e com circulação por vezes irregular. Empreendendo uma espécie de jornalismo alternativo, tal periodismo se via na contingência de oferecer um produto diferenciado em relação aos diários, vindo a apresentar uma pauta editorial *sui generis* em seu conteúdo. Os periódicos ilustrado-humorísticos foram uma das pontas de lança dessa pequena imprensa, apresentando ao público leitor uma pauta essencialmente crítico-opinativa, que associava o texto à arte caricatural, gerando uma proposta carregada em jocosidade, ironia e sátira, ao mesmo tempo em que assumia um papel moralizador, buscando identificar e erradicar as denominadas mazelas da sociedade. Um dos mais importantes integrantes do periodismo caricato rio-grandino foi o *Bisturi*, que circulou de forma contínua entre 1888 e 1893, embora tenha existido irregularmente até 1915. Tal folha humorística manifestou simpatias pelos liberais à época

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

imperial e, com a mudança na forma de governo, colocou-se na oposição ao autoritarismo governamental, momente no contexto regional contra o castilhismo.

Assim, a cidade do Rio Grande, ao constituir campo de significativo crescimento econômico, avanço urbano, expansão populacional e relativo progresso cultural, tornou-se campo fértil às práticas jornalísticas que evoluíram consideravelmente junto à comunidade, durante o século XIX, e o próprio desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais daquilo que se convencionava denominar de “civilização” na sociedade rio-grandense. Acompanhando o fato de que a urbe desempenhou papel primordial no contexto gaúcho, a imprensa rio-grandina foi uma das mais destacadas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Nesse quadro, o presente livro apresenta ensaios que abordam algumas das práticas jornalísticas realizadas pelos periódicos anteriormente enfatizados ao longo da década de 1880.

SUMÁRIO

O acesso portuário rio-grandino no “tétrico” ano de 1881 segundo a imprensa diária citadina / 17

As últimas inversões partidárias da época imperial e o jornalismo rio-grandino / 45

Os derradeiros tempos da política imperial na perspectiva imagética da imprensa ilustrado-humorística (*Bisturi*, 1888-1889) / 75

O atentado contra D. Pedro II e os informes dos periódicos diários da cidade do Rio Grande / 99

O acesso portuário rio-grandino no “tétrico” ano de 1881 segundo a imprensa diária citadina

Desde as origens da comunidade rio-grandina, a questão do acesso marítimo foi alvo de grandes preocupações, trazendo consigo amplas dificuldades de assistência e abastecimento ao jovem povoado. Após a consolidação da urbe como principal entreposto comercial da província, a denominada “magna questão” tornar-se-ia ainda mais relevante, movendo-se veementes campanhas em busca de soluções para sobrepujar a “Barra Diabólica”. O jornalismo desempenharia papel essencial nesse tipo de mobilização, tornando-se a Barra e o Porto do Rio Grande assuntos dos mais recorrentes nas páginas impressas rio-grandinas. Anseios socioeconômicos, visões políticas, perspectivas ideológicas, princípios partidários, asseverações de natureza burocrático-administrativa e noções técnicas e tecnológicas seriam temas debatidos à extenuação junto aos jornais que, cada qual com seu norte editorial, agiriam como verdadeiros arautos nas discussões acerca do assunto, nas verdadeiras cruzadas mantidas em torno daquela causa citadina.

Nesse quadro, o ano de 1881 constituiria um dos mais graves em termos de dificuldades de acesso à comuna portuária, uma vez que, mormente ao longo do inverno, foram inúmeras as embarcações que ficaram

presas na costa rio-grandina, umas querendo entrar e outras sair, mas não podendo transpor a Barra. Desse modo, os acontecimentos daquele ano encontrariam enorme eco nos jornais citadinos. Os periódicos diários, normalmente escudados a partir de suas propostas voltadas a temáticas noticiosas, políticas e comerciais, se colocariam como paladinos em prol da busca de soluções para aquele que era considerado como um dos males que mais prejudicava as atividades mercantis da urbe portuária.

Nesse quadro, *O Comercial*, sempre preocupado com as atividades mercantis, manifestou-se veementemente quanto ao estado da Barra rio-grandina, considerando-o como deplorável e responsável por graves transtornos em geral e prejuízos imediatos ao comércio. Afirmava que medidas prontas se faziam necessárias, devendo ser adotadas e deliberadas pelo governo ou por quem tivesse competência. Narrava que se achavam na Barra, havia longos dias, à espera do sinal de saída, trinta e tantos navios, carregados de gêneros de exportação da província, destinados aos mercados consumidores, ao passo que, fora da Barra, ansiosos pelo sinal de entrada, por qualquer modo, velejavam mais de dez navios, carregados de produtos de importação, alguns dos quais já escasseavam no mercado. Descrevia a ansiedade perante a desagradável situação dos passageiros que, à vista da Barra, não podiam, contudo, transpô-la, ou ainda daqueles navios em que a falta de alimentos e os horrores da fome acudiam ao espírito da tripulação. Conjecturava ainda que, admitindo-se que fosse prolongada a estada da embarcação naquela circunstância, faltariam provisões de boca ou de carvão para seguir a viagem. Destacava que os comentários

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

davam conta de que a Barra estava impraticável, o canal estreitara-se e mudara de direção, os ventos eram contrários, o mar alteroso, as vagas sucessivas e as águas baixas, em uma perspectiva, enfim, tétrica para os navegantes¹.

O agravamento da crise levaria à proliferação de controvérsias entre os jornais quanto à atuação do comando da Barra da Província, com críticas e elogios a essa autoridade pública e sua conduta diante dos graves acontecimentos². O “trágico ano”, como foi considerado o de 1881, encontrou repercussões também no *Eco do Sul*. Segundo o jornal, muito se vinha escrevendo sobre o assunto da Barra, mas tudo era o mesmo que pregar no deserto, uma vez que as representações da Associação Comercial, as reclamações da imprensa, os relatórios dos inspetores da praticagem demonstrando a necessidade de reformar o material de serviço, enfim, tudo tinha sido inútil. Considerava que o governo entendia que, ou não eram dignas de fé todas essas informações, ou que não valia a pena o Estado despescer alguns contos de réis com os melhoramentos na Barra do Rio Grande do Sul, fazendo ouvidos de mercador. Narrava que havia tempos que a Associação Comercial da cidade, interpretando as queixas do comércio e da imprensa, secundara os pedidos dos comandantes da Barra, reclamando alguma atenção do Governo Imperial para o estado quase inservível do seu material, bem como na Câmara dos Deputados e no Senado, vozes se fizeram também ouvir no mesmo sentido, mas tudo fora e

¹ O COMERCIAL. Rio Grande, 20 ago. 1881.

² ARTISTA. Rio Grande, 22 ago. de 1881; 27 ago. 1881; O COMERCIAL. Rio Grande, 29-30 ago. 1881; 27 nov. 1881.

continuava sendo inútil, já que o governo nenhuma atenção prestava a essas reclamações, apesar de tratar-se de avultados interesses do comércio e da navegação³.

O *Eco* fazia várias cobranças quanto a providências, por ser a Barra a mais arriscada de todas quantas havia no litoral de um a outro extremo do Império, e, portanto, a que deveria merecer mais atenção dos poderes públicos, já que era cheia de escolhos, sujeita a constantes evoluções, de maneira a não inspirar confiança, por isso que, no curto espaço de poucas horas, dava e negava acesso aos navios, devendo, mais do que qualquer outra, dispor de um material que oferecesse as melhores garantias de segurança. Lamentava que era o contrário o que se via, num contexto em que algumas frágeis catraiás, que, apesar da intrepidez e valentia dos práticos, quase não se prestavam aos serviços, senão em condições favoráveis do tempo, e um vapor de calado superior à profundidade ordinária da Barra, eram as embarcações de que a praticagem dispunha. Nesse sentido, destacava o jornal que, no inverno, nas piores temporadas, quando a Barra obstinava-se em não dar saída nem entrada aos navios que, em grande número, aguardavam ocasião de transpô-la, dificilmente se conseguia sondar o canal e prestar qualquer serviço às embarcações que demandavam a província, e isso se repetia quase todos os anos, e ainda mais acentuadamente nos últimos tempos⁴.

Ainda de acordo com o periódico rio-grandino, os navios permaneciam dias e dias fundeados na costa, sem haver meio de comunicação com eles, por falta de

³ ECO DO SUL. Rio Grande, 25 ago. 1881.

⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 25 ago. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

uma embarcação apropriada, com segurança e calado para transpor a Barra, e o governo sabia ou deveria saber de tudo isso, mas nenhuma providência dava, apesar das reclamações dos seus funcionários, do comércio e da imprensa. Ressaltava a necessidade de uma lancha a vapor, a qual teria sido mandada para outro ponto do Império, e exclamava que tal situação não poderia continuar assim, pois, se o governo não podia ou não queria fornecer o material necessário para a Barra, melhor era que entregasse a sua administração a uma empresa particular que dispusesse de elementos para fazer o serviço com mais regularidade, segurança e prontidão. Por fim o *Eco do Sul* afirmava que – nem tanto nem tão pouco – não exigia que o governo fizesse da Barra da Província a *menina dos seus olhos*, mas também deixá-la quase ao abandono, não prestando a menor atenção às suas necessidades, constituía desleixo censurável, porque afetava importantíssimos interesses do comércio⁵.

A péssima situação da Barra no ano de 1881 também encontraria eco nas páginas do *Diário do Rio Grande*, que publicou alguns artigos sobre o tema. Em uma dessas abordagens, o jornal destacava que uma das mais urgentes necessidades públicas provinciais era a deficiência de recursos de que dispunha a Barra e reclamava que os devidos melhoramentos ainda não haviam sido obtidos. Na concepção da folha, as embarcações e aparelhos à disposição para enfrentar o problema do acesso não mais se coadunavam à situação reinante, sendo necessária uma imediata renovação⁶.

⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 25 ago. 1881.

⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 26 ago. 1881.

Dentre as melhorias necessárias, o jornal indicava a presença de uma catraia a vapor na prestação dos serviços de acesso⁷. Em setembro daquele “nefasto” ano, o *Diário* lembrava que havia pouco clamara por providências a fim de atenuar as condições físicas da Barra, que eram as mais deploráveis possíveis, funestas para o comércio e para a navegação, e manifestava satisfação pela possibilidade que o melhoramento pela folha sugerido - a obtenção de uma catraia a vapor - estaria por ser providenciado pelas autoridades governamentais⁸.

Outro melhoramento anunciado pela imprensa era a escavação para dragagem do cais da alfândega, destacando-se que os trabalhos vinham apresentando os melhores resultados e prosseguiam com a precisa atividade, devendo ser em breve concluídos⁹. Nessa época, *O Comercial* divulgava que se projetava experimentar, na remoção das areias que obstruíam o canal de acesso da Barra, uma máquina de ferro com rodas dentadas, que deveria funcionar com o auxílio dos rebocadores que se prestassem a esse auxílio, garantidas unicamente as despesas com o combustível. Explicava que a proposta seria a de fazerem face a essas despesas alguns negociantes e armadores da cidade e que se tratava de uma simples experiência, uma vez que máquinas semelhantes àquela em referência eram

⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 ago. 1881.

⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 6 set. 1881; 18 set. 1881. A questão da obtenção de uma catraia a vapor também foi abordada em: O COMERCIAL. Rio Grande, 1º set. 1881; 4 set. 1881.

⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 out. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

empregadas na Europa na desobstrução de canais e barras arenosas, com manifesto aproveitamento. Considerava assim dignos de louvores os negociantes e armadores que se propunham um não pequeno sacrifício pecuniário e os proprietários de rebocadores que colaborassem para o fim indicado, consistindo essa iniciativa, portanto, num assinalado e relevante serviço¹⁰.

Os habitantes buscavam lançar mão de todas as medidas que estivessem ao seu alcance. Dentre as várias experiências que se ideava ou implementava no sentido de atenuar ou resolver os problemas de acesso ao Rio Grande, o *Artista* publicou matéria em que mostrava acreditar que tal intento pudesse ser atingido por meio do uso de dinamite. Afirmava que tinha chegado a tal ponto o estado da Barra que tentar algum esforço para seu melhoramento, ainda que transitório, parecia de todo necessário. Explicava que tal objetivo já fora traçado várias vezes pela iniciativa privada e deveria ser alvo das vistas e das ordens dos poderes do Estado, pois não se tratava de consumir dinheiro em uma obra de luxo ou de vaidade, de que só se aproveitaria a cidade, e sim por consistir na abertura de comunicações da província com o resto do mundo. Destacava também que o serviço de dragagem não vinha sendo suficiente para sobrepujar os óbices, perante o que sugeria o emprego da dinamite, como um precioso recurso para a abertura temporária da Barra, destruindo os bancos de areia que pela praticagem fossem julgados os mais perigosos. Apontando as propriedades e características da dinamite, o jornal defendia que esse explosivo aplicado por meio de cilindros de pouca resistência aos bancos de

¹⁰ O COMERCIAL. Rio Grande, 28 out. 1881.

areia deveria produzir efeitos incalculáveis, com o choque de água que atuaria como condutor das obras desagregadas, e manifestava desejo de que tal técnica fosse empregada¹¹.

Outra tentativa foi noticiada pelo jornalismo: por iniciativa de alguns cavalheiros e com o concurso do corpo comercial da praça, se iria tentar, por meio de uma grade dentada, remover parte das areias que obstruíam o canal. Informava-se que a grade, depois de consertada, fora conduzida para o pontal da Barra, mas que permanecera sobre o trapiche e não entrara em serviço, não sendo conhecido o motivo da delonga no começo de um trabalho do qual todas as probabilidades fariam esperar bom êxito. Explicava-se que a Barra continuava em estado pouco lisonjeiro, e, por conseguinte, a causar grandes transtornos ao comércio e à navegação, de modo que seria conveniente dar execução a tal ideia. No dia seguinte, esclarecia-se que esse projeto de remoção das areias da Barra não havia sido efetivado tendo em vista que a Barra não tinha permitido. Havia necessidade de alguns acessórios que estariam sendo preparados; a grade, para trabalhar satisfatoriamente, carecia de algumas modificações, o que se estaria a fazer com toda a pressa; os vapores que tinham de puxar a grade precisavam de alguns preparos, esperando-se ultimar os trabalhos para breve¹².

A imprensa insistia em tratar das peripécias por que passavam aqueles que pretendiam adentrar ao Rio Grande. Era o caso do *Comercial*, ao relatar que a Barra

¹¹ ARTISTA. Rio Grande, 29 out. 1881.

¹² ECO DO SUL. Rio Grande, 4 nov. 1881; ECO DO SUL. Rio Grande, 5 nov. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

da Província, essencialmente em determinas épocas do ano, ficava em tal situação que se conservavam à vista muitos navios, ora fundeados, ora velejando, por espaço de dois, três e mais meses, aguardando ensejo favorável a entrar. Explicava que, a não ser assim, só restava a esses navios arribarem aos portos distantes de Santa Catarina ou Montevidéu e, a arribada em tais condições, sempre muito prejudicial, acarretaria ainda a consequência de, se regressassem os navios arribados a este Porto, darem-se os mesmos obstáculos na Barra, sempre caprichosa e inconstante, mudando às vezes de um momento a outro, sem que os navios distanciados pudessem adivinhar ou prever as ocasiões dessas mudanças. Nessa linha, destacava que eram então forçados esses navios a, depois de uma longa viagem, conservarem-se à vista da Barra, sujeitando-se a todas as contrariedades, aguardando ocasião favorável a singrar o canal, num quadro em que a demora longa, além de toda a expectativa, embora repetidas vezes se desse, não poderia ser prevista e prevenida, sentindo os navios sujeitos a essa demora a falta de comestíveis e água, necessários a alimentar a tripulação e passageiros. Destacava ainda que, nesse transe, seria necessário que os navegantes procurassem suprir-se, vindo à terra, mas só o poderiam fazê-lo vencendo um longo espaço, arrostando alterosas vagas em uma frágil embarcação miúda, e isso mesmo em ocasiões em que o mar não estivesse cavado e tormentoso. Concluía o jornal considerando fundamental uma virada em tal situação e, esperançosamente, declarava estar convencido de que as providências reclamadas não se fariam demorar¹³.

¹³ O COMERCIAL. Rio Grande, 21-22 nov. 1881.

A gravidade da situação inspirava artigos contundentes, como no caso em que o *Eco do Sul* afirmava que o comércio do Rio Grande do Sul atravessava uma crise cujas consequências, a continuar semelhante estado de coisas, sugeririam temerosas apreensões, estando a província a braços com ingentes dificuldades. Nesse quadro, o jornal descrevia que o comércio via-se manietado em seus movimentos, não lhe sendo possível, por motivos de ordem superior e alheios à sua vontade, cuidar do seu desenvolvimento, ampliar as suas transações e atender a todas as suas exigências, e tudo isso devido ao mau estado da Barra, que continuava impondo dificuldades insuperáveis e agravando as circunstâncias econômicas provinciais. Explicava ainda que não era só ao comércio que atingia o mal de que todos se queixavam, uma vez que todas as classes sentiam os efeitos dessa situação anormal e todas participavam dos prejuízos causados pela prolongada demora de navios em grande número dentro e fora da Barra¹⁴.

A narrativa mais uma vez descrevia a penosa situação na costa gaúcha, apontando que havia embarcações que aguardavam havia meses ensejo de entrar e sair a Barra, com grandes e incalculáveis transtornos e prejuízos aos armadores e donos dos respectivos carregamentos, navios que já teriam tempo para chegar a seu destino e virem ou irem de volta. Havia navios no Porto carregados de produtos bovinos destinados à Europa e América do Norte, os quais havia longos dias se viam impossibilitados de transpor a Barra

¹⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 26 nov. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

e seguir viagem, o mesmo se dando com alguns navios carregados de charque. Segundo o jornal, no intuito de facilitar a saída dos que havia longo tempo aguardavam a ocasião de sair, recorrera-se à medida extrema de aliviar alguns de maior calado, porém os resultados, exceção de bem poucos navios, não corresponderam ao meio empregado; algumas embarcações, apesar de terem aliviado, continuavam no ancoradouro da Barra, por absoluta impossibilidade de sair, e ocorria o mesmo com alguns navios fora da Barra, o que era muito mais trabalhoso e de maiores despesas. Diante de tal contexto, o *Eco* opinava que não seria preciso possuir-se grande experiência e sagacidade para avaliar os prejuízos resultantes dessa lamentável contrariedade, que tanto impressionava o comércio¹⁵.

Ainda segundo o *Eco do Sul*, os dias sucediam-se e sempre o mesmo estado de coisas, as mesmas dificuldades, a mesma barreira antepondo-se ao movimento marítimo, de maneira que as esperanças no dia seguinte se desvaneciam com mais um desengano, e assim sucessivamente, no decurso de meses e meses, salvo curtas intermitências, durante as quais bem poucos navios tinham a felicidade, uns de entrar, outros de seguir a seus destinos. Nessa perspectiva, o periódico mantinha a argumentação que aquele não era um problema simplesmente local e destacava que o tempo ia passando e o comércio da província vendo de dia a dia tomar vulto os obstáculos que se antepunham como muralha inexpugnável ao seu desenvolvimento, havendo motivos para que o desânimo se apoderasse de toda a população, não só da cidade do Rio Grande, mas

¹⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 26 nov. 1881.

de toda a província. Considerava, assim, que aquele era um mal geral, não afetando só os interesses citadinos, pois não era só o Rio Grande que sofria, era Porto Alegre, era Pelotas, era Jaguarão, era todo o sul da Província, de maneira que o interesse seria de todos, que deviam, portanto, manifestar o maior empenho em que não se prolongassem essas contrariedades, ou pelo menos que não se repetissem muitas vezes. Sugeria que todos se representassem junto ao governo, demonstrando-lhe a necessidade de prestar toda a atenção à Barra do Rio Grande e de, mesmo com sacrifício da população e dos cofres públicos, melhorá-la de maneira a evitar os imensos prejuízos que arruinavam o comércio e a província¹⁶.

A campanha do *Eco do Sul* era persistente ao instar por providências. Apontava que, enquanto o governo, qualquer que ele fosse, não se compenetrasse de que não era com paliativos que se melhorava uma Barra em condições da do Rio Grande do Sul, haveria de o comércio da província sentir os desastrosos efeitos da falta de navegação, porque esta haveria de irremediavelmente retrair-se enquanto o canal não lhe desse entrada franca. Destacava que um bom vapor nas condições exigidas pela experiência e uma ou mais catraias a vapor poderiam prestar importantes serviços e facilitar a baldeação de malas e passageiros dos paquetes, mas não proporcionariam entrada aos navios quando a Barra não o permitisse, de modo que era para o melhoramento desta que deveriam convergir os esforços do governo e as reclamações do comércio por seus mais legítimos órgãos. Considerava que, enquanto

¹⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 26 nov. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

não o fizesse, haveria aquele de ver decrescerem dia a dia as rendas de suas repartições, e este irem desaparecendo gradualmente os meios de ação, os seus elementos de vida¹⁷.

O jornal buscava demonstrar o quanto se tornava cada vez mais negativa a visão sobre o Rio Grande no exterior. Afirmava que na Europa já não era fácil encontrar-se navio de certo calado que se prestasse a receber frete para o Rio Grande do Sul, como no caso do porto de Cádiz, onde constava que dificilmente se encontrava navio para carregar sal para esta província, salvo de pequena lotação. Informava que a notícia do mau estado da Barra chegara a todos os portos com os quais se mantinha relações comerciais, de forma que ela, que nunca gozara de bons créditos, nos últimos meses tinha piorado de tal forma que sugeria ao espírito sérias apreensões. Questionava onde iria parar a província se não houvesse brevemente uma reação da natureza que operasse a profundidade do canal e, por outro lado, se a Barra tivesse apenas curtos instantes de melhora, quem quereria sujeitar-se a esperar dias e dias, meses e meses, que ela se dignasse a franquear-lhe ingresso. Diante de tal situação, lançava a conclamação de que a todos cabia o dever de levantar-se como um só homem para reclamar dos poderes públicos que se dignassem atentar para o mau estado da Barra do Rio Grande, de que dependiam incalculáveis interesses e o próprio futuro desta terra rio-grandense¹⁸.

¹⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 29 nov. 1881.

¹⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 29 nov. 1881. Ainda nessa linha, afirmava o jornal: O capitão de navio que há 60, 90 e 100 dias permanece fora da Barra, aguardando entrada, e durante esse

tempo sofrendo toda sorte de contrariedades, quiçá de privações, de regresso ao Porto de partida dificilmente se resolverá a vir novamente a esta província. O receio de ter de cruzar longos dias fora da Barra e mais tarde outros tantos dentro atemoriza-o, e só com vantagens inaceitáveis por parte dos carregadores, se resolverá a aceitar frete para o Rio Grande. Por sua parte os armadores não enviarão seus navios para esta Província, senão em último caso, à falta de melhor negócio. E o que sucede com o capitão do navio, sucede com o armador, com o comerciante e até com o próprio tripulante. Ora, as consequências desse deplorável estado de coisas somos nós que sofremos. Não é só o comércio, é a província inteira, exceção da fronteira com o Uruguai. Não pedimos favores, reclamamos o que é de justiça que se faça. O governo deve ser tão interessado como nós no melhoramento da Barra. Os interesses do Estado ressentem-se como os do comércio das dificuldades que à navegação oferece a Barra da Província. O rendimento das repartições arrecadadoras decresce de dia a dia, contrastando-se assim com o espírito progressista da época. Tudo progride. A indústria tende cada vez mais a melhorar e, portanto, a desenvolver a área de sua produtora atividade. O comércio cresce por toda a parte na razão direta do consumo; a população aumenta, e com ela a necessidade e o consumo. Só na província do Rio Grande parece dar-se o contrário, por isso que o rendimento das alfândegas, que é o termômetro do desenvolvimento ou decadência do comércio, diminui em vez de aumentar. A causa dessa decadência é a Barra, sua constante impraticabilidade, opondo-se tenaz e obstinadamente à entrada e saída de navios. Dela depende, pois, o futuro de progresso ou de ruína da província. Sem a Barra, ou com a Barra no estado em que se acha, onde iremos parar? Compenetremo-nos todos de que o negócio é de suma gravidade, e empenhemmo-nos para convencer o governo, se é que já o não está, de que sem importantes melhoramentos a Barra do Rio Grande continuará a opor sérias dificuldades à

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

Já ao final de 1881, o enfático *Eco do Sul* permanecia publicando editoriais e artigos com seus diagnósticos. Peremptoriamente afirmava que a Barra continuava no mesmo estado e tendia a piorar dia a dia, ameaçando a província e especialmente a praça do Rio Grande com uma crise tremenda, de maneira que urgia que todos que se interessassem pelo futuro municipal e provincial deveriam reclamar providências de quem cumpria dá-las. Considerava que tal situação não poderia continuar, pois os prejuízos já não eram de pequena monta, em cada dia que passava cresciam de maneira assustadora, não havendo comércio, por mais opulento que fosse, que pudesse resistir a essas contínuas e temerosas contrariedades. Apontava que não se poderia lutar com o imprevisto e com o indefinido, mas que, havia longos meses, numerosos navios pairavam fora da Barra, e outros à espera de seguirem seus destinos, e todos os dias se esperava que a Barra melhorasse, e todos os dias a Barra desenganava, obstinando-se em seu estado de impraticabilidade, muitas vezes até para os próprios vapores de reboque. Nesse círculo vicioso, questionava quem poderia prever os prejuízos incalculáveis que o futuro, e bem próximo, reservaria ao comércio, se continuassem indefinidamente as coisas nesse pé¹⁹.

Na concepção do *Eco*, era a ruína da província o que se deparava no fundo daquele deplorável quadro, era o desaparecimento da navegação de longo curso e de cabotagem e o próprio desaparecimento da província em

navegação e, portanto, ao desenvolvimento do comércio e da província.

¹⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 1º dez. 1881.

todos os seus elementos de riqueza e de prosperidade. Lançava questionamentos sobre o comportamento da população, perguntando se todos se conservariam indiferentes e constatando que todos se queixavam e se lamentavam, mas ninguém se mexia ou se compenetrava do mal que afetava profundamente os interesses do comércio, e ninguém tomava a iniciativa no movimento geral de reclamação aos poderes públicos. Exclamava que isso não poderia continuar assim, já que estavam em jogo valiosíssimos interesses – o futuro e a vida da cidade e da província. Informava que havia cerca de setenta navios fora da Barra, alguns deles havia dois, três e mais meses, e tais embarcações não representavam somente o valor de seus cascos, a vida e interesses de suas tripulações, mas também de três a quatro mil contos, ou mais. Por outro lado, aportava que, dentro da Barra, esperavam ensejo de sair cerca de quarenta embarcações, das quais algumas já tinham tempo de estar carregando nos portos para onde levavam o carregamento que tinham a bordo, ficando nos seus carregamentos representado aquele valor, resultando em oito mil contos aproximadamente em jogo, dependendo dos caprichos da Barra e prejudicando sensivelmente os mais vitais interesses das atividades mercantis²⁰.

²⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 1º dez 1881. A esses, o periódico adicionava outras modalidades de prejuízos: Calculem-se os transtornos que da longa paralisação de tão avultado capital provêm ao comércio, principalmente nesta praça, e digam-nos se não é o caso para todos que se interessam por esta terra ficarem seriamente apreensivos e receosos do futuro. E não é só isso; as consequências desse lamentável estado de coisas não se limitam aos prejuízos ocasionados pela impossibilidade

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

Para a folha, esse conjunto de fatores levava a um longo cortejo de consequências, cada qual mais lamentável, e todas redundando em prejuízo da cidade e da província, entretanto não era tomada uma resolução qualquer tendente a obviar essa interminável série de males. Nesse quadro, mais uma vez conclamava que se reunisse a Associação Comercial para tratar do assunto e convocasse uma reunião geral de todo o seu corpo e de todos os demais que tivessem interesses de qualquer ordem arriscados a sofrer com a prolongação do mal de que todos se queixavam. Sugeria que se não havia meio expedito de melhorar a Barra, que o governo mandasse contratar embarcações de pequeno calado que pudessem fora da Barra aliviar os navios, e argumentava que não era um sacrifício que se lhe pedia, e sim um serviço do qual tanto tinha a lucrar o comércio local como o Estado. Considerava que havia, incontestavelmente, algumas vantagens ao meio que indicava, evitando-se pelo menos maior prejuízo, entretanto a praça do Rio Grande não

de entrarem e saírem navios. Há outras ainda. O Porto acha-se quase deserto de navios; nunca talvez em época alguma, depois que o Rio Grande é praça comercial, se viu tão limitado número de embarcações de Barra fora ancoradas em nosso Porto. Acresce que as tripulações começam a murmurar de descontentamento, constando-nos que algumas já se têm revoltado. A causa explica-se facilmente. Contratadas por viagem, essas tripulações não podem acostumar o espírito à ideia de que, só à espera de entrada ou saída, estejam tanto ou mais tempo do que o necessário para fazer a viagem. Daí a má vontade com que servem e cumprem as ordens do comando. Consta-nos também que alguns capitães, com o fim de ressalvarem a sua responsabilidade, já vieram a terra lavrar o competente protesto.

poderia, por si só, pôr em prática esse alvitre, pois a despesa era superior às suas forças, além do que bastavam os prejuízos que já tinha sofrido o comércio com a longa demora de seus carregamentos a receber e a expedir. Defendia também que cabiam providências imediatas, com o que se prestaria um importantíssimo serviço ao comércio em geral da província e, em particular, da praça, mas, para que o governo o fizesse, compenetrando-se da gravidade do caso, seria preciso que os não menos interessados lhe reclamassem prontas e energicas providências²¹.

Diante dos enormes prejuízos, inclusive com ameaça de desabastecimento e elevação desenfreada de preços, ao final daquele fatídico ano a Associação Comercial do Rio Grande promoveria mobilização para reivindicar remédios àquela calamidade, inclusive buscária associar-se às praças de comércio de Pelotas e Porto Alegre para, em mutirão, levar em frente aquele

²¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 1º dez de 1881. O jornal sugeria como deveria dar-se a mobilização pela causa: Por isso entendemos que é o caso de reunir-se a Associação Comercial e convocar uma reunião do comércio com esse fim. Se for possível, envie-se até uma comissão ao Rio de Janeiro, a pedir ao Governo Imperial, em nome do comércio e da população em geral, que se digne prover de remédio o mal que nos atrofia e debilita. Urge não perder tempo. Não confiamos no dia de amanhã, porque é talvez mais uma esperança que se desvanece, mais um desengano que recebemos. A gravidade das circunstâncias aconselha-nos toda atividade e o emprego de meios prontos e decisivos. Para grandes males, grandes remédios. O governo não deixará de atender às nossas justas reclamações, tanto mais que não lhe exigimos impossíveis.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

intento²². Uma melhoria na situação do acesso seria alentadora, mas não suavizava as apreensões quanto ao problema estrutural que continuaria a ser enfrentado. Nesse sentido, destacava-se que o estado da Barra, nos últimos dias, permitira a saída e entrada de maior número de embarcações, que havia longos meses aguardavam favorável ensejo, umas a terminarem e outras a começarem a viagem, fato que produzira a mais viva satisfação nos representantes do comércio da cidade e mesmo em toda a população. Narrava-se que a praça do Rio Grande já se ressentia da falta de gêneros de primeira necessidade e, a perdurar por mais algum tempo o estado da Barra, mais sensível se tornaria essa falta e incalculáveis seriam os prejuízos e tristes as consequências. Exclamava-se que a Providência Divina viera em auxílio do Rio Grande, mas convinha a atenção para os fatos que se observaram e que se sucederam sem interrupção, os quais aconselhavam que não se deveria descansar à sombra dos benefícios prodigalizados pela Providência, e que a previsão humana deveria envidar esforços a conseguir, quanto possível, fruir esses benefícios por esforço próprio²³.

Condições desesperadoras pareciam pedir medidas desesperadas e a hipótese do uso de dinamite como solução para a questão do acesso aparecia mais uma vez nas páginas da imprensa rio-grandina, a qual noticiava a chegada à cidade de um indivíduo que seria um especialista que se achava em Santa Catarina e viria à província sulina com o fim de examinar a possibilidade

²² O COMERCIAL. Rio Grande, 2 dez. 1881; 5-6 dez. 1881; 9-10 dez. 1881.

²³ O COMERCIAL. Rio Grande, 8 dez. 1881.

de, por esse meio, destruir o banco que obstruía a Barra. Para lá se deslocou, acompanhado de uma comissão da Associação Comercial e de outros cavalheiros, constando que do exame a que procedeu, verificou a impossibilidade de aplicar com bom êxito a dinamite, visto um dos bancos ter a extensão de 700 a 800 metros, e outro de uma milha a uma milha e meia. Anunciava-se que o visitante ainda pretendia estudar o meio de mais fácil execução e eficácia, se fosse possível, e do resultado do seu exame prometia apresentar relatório²⁴. Pouco depois, era anunciada a chegada de comissão enviada pelo Ministério da Marinha incumbida de estudar os melhoramentos de que fosse suscetível a Barra da Província, e de remover, se fosse possível, os obstáculos que se antepunham à sua livre navegação²⁵.

²⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 10 dez. 1881.

²⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 18 dez. 1881. A respeito da comissão, o periódico informava e opinava: Como é natural, desejamos ardente mente que a comissão seja brilhantemente sucedida em seus trabalhos, e que do resultado destes possam o comércio e a navegação auferir as maiores vantagens. Presidida por um distinto oficial, com longa prática da Barra, de cuja praticagem foi durante alguns anos inspetor, é de esperar que a digna comissão corresponda à expectativa pública, dando cabal desempenho ao seu encargo. Não deve, entretanto, a comissão - permita-se-nos a franqueza da indicação - limitar-se aos seus exames e trabalhos na Barra propriamente dita. Outras coisas há que reclamam também a sua inspeção, e para as quais naturalmente chamará a sua atenção o Sr. Capitão-Tenente comandante da Barra. Referimo-nos ao material do estabelecimento da praticagem, que se acha em estado quase inservível. Há muita coisa a reformar, a principiar pelas catraiias dos práticos, cujo estado

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

de ruína não oferece a menor garantia de segurança. Noutro tempo, raras vezes havia necessidade de mandar à cidade o vapor do Estado ao serviço da Barra. Para receber carvão, por exemplo, mandava-se uma das catraiias, não havendo, portanto, necessidade de retirar o vapor da Barra, onde raríssimas vezes se podiam dispensar os seus serviços. Hoje não se pode fazer isso, porque não há embarcações em condições de poder substituir o vapor. As únicas catraiias em estado de serviço são empregadas no banco. As outras estão a cair de podres; quem embarca nelas corre sério risco de vida. A comissão pode convencer-se disso, examinando-as. Pelo que diz respeito ao restante do material, edifícios, etc., tudo está igualmente a reclamar reforma completa. O edifício que serve de escritório, de quartel, de arrecadação e vigia, consta-nos que ameaça ruína; acha-se no mesmo estado a casa do comandante da Barra, o qual via-se na necessidade de retirar dali sua família, com receio de ver a todo momento desabar o prédio sobre ela. O serviço de bandeiras, que é o que há de melhor na Barra, também precisa ser reformado. Informam-nos que à distância é difícil distinguir a cor dos sinais (já desbotados), o que ocasiona não poucos inconvenientes. A torre está sem óculo, pois o que ali se acha de pouco serve, visto o seu relativamente pequeno alcance, do que tem resultado não poucas vezes supor-se em 13 palmos o navio que se acha em 16, e sueco o que traz bandeira holandesa. Tal é o estado a que se acha reduzido o material da praticagem e quase tudo o que lhe pertence. É de esperar, portanto, que a digna comissão lance para tudo isso as suas vistas, e demonstre ao governo imperial a conveniência de melhorar todos os utensílios da Barra, a fim de que o serviço possa ser feito com mais presteza e segurança, evitando-se assim uma grande parte dos inconvenientes que tanto concorrem para as dificuldades que encontram as embarcações que demandam à Barra. Que a comissão seja, pois, feliz, e que o comércio e a

Uma vez no Rio Grande, a chefia da comissão dirigiu-se à Barra, a fim de dar princípio aos trabalhos para os quais, por ordem do Governo Imperial, viera à província. Destacava-se que havia muito se fazia sentir a necessidade de um estudo sério e consciencioso, do qual pudesse advir ou um resultado completo ou um desengano absoluto, uma vez que, para os interesses gerais da província, seria muito preferível a certeza esmagadora ao estado de dúvida em que ela estava vivendo, sujeita a um sem-número de contrariedades insuperáveis, com enormíssimos prejuízos ao comércio. Conjeturava-se que, admitida por um momento a hipótese de que não haveria remédio para os males que ocasionavam a inconstância da Barra, sem dúvida seria mister cuidar de encaminhar para outro ponto a navegação, visto que era impossível ficarem todos privados do grande concurso dessa poderosa alavanca de progresso, entretanto não haveria como desesperar da situação, nem facilmente se abriria na província um porto artificial, provado como estava que os não havia naturais. Desse modo, vaticinava-se que já era tempo de que o governo houvesse providenciado no sentido de liquidar peremptoriamente a questão da Barra, que todos os anos apresentava piores atestados da má vontade com que servia e da rebeldia de que era dotada²⁶.

Ficava declarada a expectativa de que aquela comissão de profissionais encarregada de obviar os inconvenientes da Barra atingisse seus intentos, trazendo

navegação colham resultados da sua vinda à Província, são os nossos votos.

²⁶ ARTISTA. Rio Grande, 19 dez. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

resultados que correspondessem de modo completo às aspirações gerais da província e à dedicação que, no assunto, mostrava o corpo comercial da praça. Declarava-se que a comissão estaria esperançada de obter um resultado satisfatório dos trabalhos a que ia proceder, bem como todos deveriam ter esperanças, de sobrejo alentadas pela autoridade científica daqueles que as manifestavam. Considerava-se, entretanto, que não se tratava de um trabalho a executar de um só jato e sob as impressões do primeiro momento, e sim de uma obra que reclamava toda a ponderação e todo o cálculo, como sucedia àquelas que deveriam ser executadas de acordo com os infalíveis princípios de uma ciência conhecida. Explicava-se que a Barra não precisava de um paliativo, um simples melhoramento, carecendo de um corretivo severo à maneira irregular e anômala por que se estava portando²⁷.

Nesse sentido, a ideia fundamental seria a adoção de medidas bem refletidas que viessem a trazer resultados duradouros, pois não se poderia fazer desaparecer um obstáculo num dia, para aparecer no dia seguinte outro mais forte e mais invencível que nunca, ato que constituiria um labor ímprebo e prejudicial, pois o reaparecimento importaria em novos esforços, em novas lutas, novos trabalhos e onerosos dispêndios, ademais dos prejuízos de ordem puramente econômica que causaria ao comércio e ao público em geral. Defendia-se, assim, o combate com calma e reflexão a esse mal de horrorosas consequências, uma vez que a precipitação poderia trazer a morte, porque seria tanto a morte para o Rio Grande a obstrução da Barra como a

²⁷ ARTISTA. Rio Grande, 19 dez. 1881.

abertura de uma outra em qualquer outro ponto. Pretendia-se, então, que se realizasse um estudo prévio e consciencioso, o qual determinaria naturalmente o *modus faciendi* do serviço, e este deveria visar a um objetivo seguro e completo, isto é, colocar a Barra em estado de confiança, senão para uma eternidade, ao menos para um largo número de anos. Desejava-se prudência, sisudez, prática e autoridade dos profissionais que analisariam a questão, confiando-se a eles o futuro do Rio Grande e com ele a garantia da prosperidade da província, de modo que muito se teria de gratidão àqueles que conseguissem abrir de uma vez para sempre a grande porta por onde entravam a riqueza e a civilização provinciais e por onde saíam as provas materiais de que eram os rio-grandenses um povo que trabalhava, se agitava e pensava²⁸.

Encerrado o ano de 1881, as manifestações quanto ao ingresso pelo litoral, continuaram a se fazer ouvir, como no caso exemplificativo, nos primeiros dias do ano seguinte, quando a imprensa rio-grandina produziria uma série consecutiva de artigos sobre a Barra da Província. Chamava-se atenção para o estado de *interdição natural* da Barra, o qual estaria a trazer repercussões no quadro local, regional, nacional e internacional, principalmente tendo em vista a constante existência de grande quantidade de embarcações, em longo aguardo, para entrar ou sair do Rio Grande. Apontava-se que várias foram as soluções pensadas, mas nenhuma tivera o desejado resultado, citando-se a experiência com torpedos para explosão dos bancos de areia, realizada por uma comissão de profissionais, que

²⁸ ARTISTA. Rio Grande, 19 dez. 1881.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

resultara em mais um fracasso. Concluía-se que a situação não poderia ser mais desanimadora, e o remédio estaria única e definitivamente em se fazer alguma coisa de sério e de permanente, que restabelecesse a confiança e que autorizasse a volta de toda a navegação desviada, e com ela a vida e animação essenciais ao progresso da província, esperando-se as devidas medidas das autoridades governamentais²⁹. Segundo a imprensa, a Barra do Rio Grande era conhecida pelos marítimos como a mais perigosa e temida de toda a América Meridional, fazendo-se referência a vários dos projetos até então entabulados na busca de soluções, citando-se inclusive a experiência da Associação Comercial que, por meio de grades de ferro arrastadas por vapor, revolvera as areias dos bancos de maneira a tentar expulsá-las, com resultados pouco expressivos, bem como se mencionava outros estudos que tinham por perspectiva o deslocamento do transporte para outras localidades³⁰.

Dessa forma, os jornais representariam com clarividência os anseios da comunidade no que tange às urgentes necessidades de melhorias na infraestrutura de transporte marítimo da cidade do Rio Grande. Cada qual, com sua estratégia discursiva e seus modelos editoriais, expressava as aspirações de que as providências fossem tomadas, ou os prejuízos poderiam ser incalculáveis e até irreversíveis. Dentre as várias questões levantadas pelas folhas estiveram: o constante

²⁹ O COMERCIAL. Rio Grande, 1º jan. 1882; DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 18 jan. 1882; ARTISTA. Rio Grande, 26 jan. 1882.

³⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 jan. 1882.

interesse em diagnosticar as razões daqueles obstáculos; a busca de interação e a sugestão de soluções; a necessidade de investimentos privados e públicos, tanto na esfera local, quanto na provincial e na nacional, ressaltando-se que, apesar de vultosos, os dispêndios teriam retorno garantido, tendo em vista os progressos que deles adviriam; a cobrança de atitudes mais sólidas dos homens públicos, de modo que a situação não ficasse entregue à vontade da natureza e ao capricho das intempéries, ou ainda aos desígnios da “providência divina”; os enormes prejuízos oriundos das dificuldades de acesso, os quais variavam desde os sazonais/circunstanciais até os estruturais/conjunturais, havendo inclusive narrativas que apontavam a penúria como resultado da constante obstrução; a falta de abastecimento da urbe portuária, bem como os empecilhos à colocação com maior eficácia da produção pecuária gaúcha nos mercados consumidores e os incrementos cada vez maiores por que passavam os custos de fretes e de serviços para a chegada de produtos às terras sulinhas; e a ênfase de que as perdas advindas dos limites de acesso não atingiam apenas as lides mercantis, pois também trariam nefastos resultados a todos os segmentos e contextos socioeconômicos. Além disso, buscava-se demarcar que aqueles males não atingiam apenas a localidade do Rio Grande, e sim a Província como um todo³¹. Os acontecimentos retratados pelos diários à época seriam fundamentais para uma tomada de decisões no que tange à planificação quanto

³¹ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: uma secular aspiração que se tornou realidade (uma introdução ao tema)*. Porto Alegre: CORAG, 2007. p. 175-176 .

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

ao remédio aquele “mal” rio-grandino, de modo que, no lustro seguinte, estariam projetados os molhes da Barra, embora a sua execução e realização, assim, como a do Novo Porto, só tenham se concretizado depois de mais de três décadas³². Tornava-se, assim, a imprensa um dos

³² Sobre a questão da Barra e do Porto do Rio Grande observar: BICALHO, Honório. *Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Província do Rio Grande do Sul – Melhoramento da Barra e da navegação interior da província – Relatório apresentado ao Governo Imperial.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.; CALAND, Pieter. *Amélioration de la Barre de Rio Grande do Sul – Brésil: rapport présent au Gouvernement Brésilien.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.; COUTO, A. J. da Costa. *Conferências sobre melhoramentos da Barra do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.; ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Castilhismo, capitalismo e obstrução da Barra. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *Temas de História do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Ed. da FURG, 1994. p. 69-81.; ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. A abertura da Barra do Rio Grande e a política econômica do castilhismo. 2.ed. Porto Alegre: EST, 2004.; NEVES, Hugo Alberto Pereira. O Porto do Rio Grande no período de 1890-1930. *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História.* Rio Grande: Ed. da FURG, v. 2, n. 1, p. 67-110, 1980.; NEVES, Hugo Alberto Pereira. Estudo do Porto e da Barra do Rio Grande. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos.* Rio Grande: FURG/SMEC, 1995. p. 99-106.; PRADEL, Antonio. *Histórico da Barra do Rio Grande.* Rio Grande: Câmara do Comércio, 1969.; e VIANNA, Lauro de Brito. *A cidade, o Porto e a Barra de São Pedro do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: FURG, 2007. Acerca da imprensa rio-grandina da época, ver: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina*

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

mais importantes porta-vozes da comunidade riograndina em sua diuturna luta contra o “mal maior” e em prol de buscar-se a solução para a “magna questão”, tão evidenciada naquele “tétrico” ano de 1881³³.

no século XIX. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-riograndense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895).* Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

³³ Texto publicado originalmente em: *Biblos*, v. 23 (1), p. 45-61, 2009.

As últimas inversões partidárias da época imperial e o jornalismo rio-grandino

Na segunda metade do século XIX, as disputas entre os partidos Liberal e Conservador se acirrariam de modo crescente. Basicamente, a identidade partidária e o ponto de conflito entre eles se davam em torno das formas de empreender as reformas políticas e econômico-sociais. Em geral, os liberais eram defensores de uma política reformista mais incisiva, ao passo que os conservadores pretendiam um processo mais gradual. Muitas vezes, porém, foram os conservadores que promoveram as reformas, no intento de esvaziar o programa liberal, resultando daí uma fragilidade básica no sistema político imperial, pois, os liberais não conseguiam implementar as medidas que sua ala reformista propunha, enquanto que os conservadores as implementavam mas à custa da unidade partidária³⁴. As inversões partidárias entabuladas desde então levaram a cisões ainda mais profundas entre as duas agremiações, na alternância de posturas oposicionistas/situacionistas de acordo com o *status quo* político de cada momento.

As alterações do partido à testa do governo traziam certa instabilidade, já que tais substituições implicavam em verdadeira reviravolta administrativa,

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. da UnB, 1981. p.174-5.

pois se verificavam as famosas *derrubadas*, pelas quais ocorriam drásticas mudanças na ocupação do aparelho do Estado, desde o primeiro escalão do governo até os mais simples dentre os funcionários públicos. Dessa maneira, da capital às províncias e aos municípios era uma comoção geral, pelas novas administrações surgidas, de modo que a mudança de situações provocava insegurança e temor geral³⁵. As duas últimas inversões partidárias no âmbito ministerial do Império Brasileiro, em 1885 e 1889, já traziam consigo a crise geral que se alastrava em direção à derrocada da forma monárquica de governo e a imprensa diária rio-grandina refletiria acerca de tais processos históricos.

Em meio à crise do Império e o avanço do republicanismo, a inversão partidária de 1885 dava fim ao predomínio liberal, desencadeado desde 1878, colocando os conservadores mais uma vez no poder. As folhas diárias rio-grandinas, de acordo com suas convicções viriam a se referir sobre o ocorrido. Foi o caso do *Diário do Rio Grande*, que, em meados dos anos 1880, buscava adotar uma postura em muitos momentos propalada como apolítica. Nesse sentido, o periódico dizia que seria, “sobretudo, órgão dos interesses gerais”, com “o progresso público, em suas múltiplas e variadas manifestações e especialmente o progresso desta cidade e Província”, passando a constituir “o objetivo dos seus esforços e da sua atividade”. Em termos políticos, o *Diário* declarava que seria “um jornal evolucionista, não um jornal partidário”, acompanhando “as evoluções da época, fazendo coro com as aspirações do seu tempo e

³⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p.167.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

concorrendo com o seu fraco concurso para que estas sejam convertidas em realidade”, no sentido de que as mesmas resultassem em “vantagens de qualquer ordem, quer na elevação dos costumes públicos, quer no melhoramento das condições sociais, políticas e econômicas” do país³⁶.

De acordo com essa concepção, o *Diário* restringiu-se apenas a noticiar a inversão partidária de 1885, com a subida dos conservadores ao poder, limitando-se a afirmar que estava “portanto mudada a situação política do país”³⁷. A folha argumentava que, como “jornal sem filiações partidárias”, não sentia “politicamente a queda do Partido Liberal” e nem se regozijava “com a ascensão do Partido Conservador”, pois considerava que era “indiferente que governassem gregos ou troianos, contanto que governassem bem”, uma vez que o país necessitava era “de governos que se compenetrassem da sua missão” e se inspirassem “nos interesses públicos”, sendo também preciso, “romper com os preconceitos partidários”, se a meta fosse a de “acompanhar as evoluções da época, atendendo as aspirações do país”³⁸.

Nessa época, o periódico buscava explicar que se mantinha “neutro na luta dos partidos”, inspirando-se “no interesse geral do bem público”, em um procedimento fundamentado “nos moldes da razão, da moral e do direito”; e assistia estupefato “a uma polêmica desabrida e violenta, sustentada pela imprensa política dos partidos militantes”, que se transformava

³⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 1º ago. 1885.

³⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 20 ago. 1885.

³⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 21 ago. 1885.

em “arena impura em que se digladiavam as mais vergonhosas paixões”³⁹. Na opinião do jornal, a atuação da imprensa partidária servia apenas “para a confusão dos partidos e para o mal-estar da sociedade brasileira”⁴⁰.

Desse modo, o *Diário do Rio Grande* propunha-se a executar o seu programa, apreciando “os fatos conforme os seus deveres de órgão dos interesses públicos” e “sem preocupações partidárias, com abstração completa de personalidades e sem cogitar dos interesses políticos de quem quer que fosse”. Nessa linha, intentava garantir que sua conduta não seria outra senão a que vinha sendo “desde que entrou em sua nova fase”, visando às “conveniências gerais do país, o bem-estar e a tranquilidade da família brasileira” e “a oposição a tudo que tivesse por fim satisfazer vinganças pessoais e de baixa política”, de acordo “com a decência do jornal” que aspirava “a merecer a consideração social, e com a imparcialidade de que a elevação dos seus intuitos lhe assinalavam”⁴¹.

³⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 8 set. 1885.

⁴⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1885.

⁴¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 11 set. 1885. O *Diário* deixava aberta uma possibilidade de censurar a administração conservadora, pois se reservava o direito da crítica sobre os atos dos partidos que fossem prejudiciais ao bem público, diante do que seria “natural que o conservador lhe oferecesse mais larga série de assuntos porque era o partido do governo e, consequentemente, aquele sobre quem recaiam as responsabilidades da administração” (DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 20 set. 1885). Apesar dessa ressalva, foram escassas as críticas ao Partido Conservador durante o ano de 1885, como a que se referiu às demissões de

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

A posição apolítica do diário rio-grandino – fase durante a qual se dedicou constantemente à defesa dos interesses da cidade do Rio Grande, mormente os de natureza econômica – foi interrompida nos primeiros dias de 1886 quando ocorreu um recrudescimento nos pronunciamentos político-partidários tendo em vista a campanha eleitoral. Nesse período desenvolveu-se um dos momentos de pronunciamentos mais vibrantes, fugindo aos próprios padrões do *Diário do Rio Grande*, que chegou a declarar-se em “luta pela liberdade”, lançando-se em uma forte empreitada a favor dos liberais.

Dessa forma, para as eleições de 1886, o *Diário* conclamava “às urnas, ao combate, à vitória”, garantindo que “o Rio Grande do Sul confiava no brio, na independência cívica de cada um de seus filhos” e, como “os candidatos do poder, sem raiz de opinião”, seriam “meros pedintes”, o “cidadão eleitor” representava o “juiz soberano” a quem estava confiada a causa “da honra da Província e, em particular, dos brios do Partido Liberal”⁴². A exortação pública tornava-se cada vez mais veemente e, segundo a folha, “a Província

natureza política, afirmando o jornal que: “o cidadão que é agora nomeado somente porque é adepto da política governista, sabe de antemão que estará no exercício do emprego enquanto predominar no país essa política”, buscando, assim, “auferir todas as vantagens durante o tempo que for empregado da nação”, de modo que, “por qualquer lado que se aprecie essa chusma de demissões acintosas, não podem estar senão a merecer a reprovação da imprensa neutra e dos homens sensatos de todos os partidos” (*DIÁRIO DO RIO GRANDE*. Rio Grande, 29 set. 1885.).

⁴² *DIÁRIO DO RIO GRANDE*. Rio Grande, 14 jan. 1886.

inteira levantava-se”, não faltando “aos seus filhos patriotismo nem energia” que, representando “as aspirações de um povo livre, lutariam e venceriam pela liberdade”. Os ataques aos conservadores concentravam-se na questão das demissões políticas que dariam a prova de que aquele não seria um “partido digno das simpatias da nação e das preferências do eleitorado patriota e independente”⁴³.

Diante das reações da imprensa conservadora, quanto ao renascimento partidário do *Diário do Rio Grande*, o jornal retorquia, argumentando que o seu combate às candidaturas conservadoras, tomava por base o “amor aos interesses gerais da Província” e que sua campanha não fora inspirada “por espírito partidário, e sim, por dever de justiça e gratidão para com quem trabalhou pela Província” e “especialmente pela cidade a cuja população, sem distinção de partidos”, o jornal devia “a seiva que o sustentava”⁴⁴.

Passado o processo eleitoral, o *Diário* lamentou a derrota liberal, manifestando que “um sentimento de profundíssima tristeza” invadia a alma do Rio Grande e questionava “até onde se degradaria o caráter nacional”⁴⁵. O jornal chegou a levantar suspeitas sobre a maneira utilizada pelos conservadores para garantir a vitória, referindo-se a fraudes eleitorais, uma vez que as urnas haviam se “manifestado de maneira a deixar surpreendidos os próprios vencedores”, pois “os resultados tinham ido muito além da sua expectativa”; e concluía, afirmando que para vencer, o partido

⁴³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 15 jan. 1886.

⁴⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 16 jan. 1886.

⁴⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 24 jan. 1886.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

governista pusera “em prática todos os meios ao seu dispor, desde a ameaça de demissão e a promessa de emprego público, até a proibição pela força do livre exercício do voto”⁴⁶.

Com o insucesso dos liberais nas eleições, a folha diária buscou empreender uma engenhosa explicação para justificar as razões de ter lamentado a vitória do partido situacionista, explicando que a maioria absoluta no parlamento seria extremamente prejudicial à representatividade dos parlamentares, que se tornariam reféns de um gabinete poderoso em demasia⁴⁷. Dessa forma, o jornal realizava verdadeira alquimia discursiva para legitimar seus fortes pronunciamentos, apesar de seu previamente anunciado caráter de folha apolítica.

Na época, em outro estrato partidário estava o *Eco do Sul*, que, antes da própria inversão, já fizera

⁴⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 jan. 1886.

⁴⁷ De acordo com o *Diário*, “tendo a sua existência garantida pelo apoio de uma Câmara quase unânime, o governo pouco se importa com o deputado. Dá-se então o que tantas vezes se tem visto: o representante da nação, que é superior ao ministro, porque enquanto este é nomeado pelo rei e aquele eleito pelo povo, vê-se na contingência ou de mal servir os interesses de seus constituintes ou servi-los impondo-se a si próprios a humilhação de implorar as boas graças do governo. Com efeito, o que pode o país esperar do deputado cuja independência fica sensivelmente restringida por motivo da grande maioria, senão da unanimidade de que via dispor o governo? Nulificados hão de passar completamente desapercebidos”, enquanto que “o governo fará o que bem lhe parecer. Aí está porque dissemos e repetimos que os resultados do último pleito eleitoral são péssimos para o país” (DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 2 fev. 1886).

previsões acerca da queda dos liberais. Com a confirmação de seus prognósticos, o diário viria a afirmar:

Está inaugurada a situação conservadora. Quer isso dizer que uma nova época abriu-se aos destinos deste país que tão atrofiado há sido pela política desorganizadora dos nossos adversários. Novos e dilatados horizontes rasgaram-se às nobilíssimas aspirações do espírito nacional que ambicionava a ascensão do Partido Conservador como uma necessidade pública, vendo nele um elemento poderosíssimo para a moralidade da justiça e respeito às leis que os nossos antagonistas converteram num princípio de desordem. A opinião do país reclamava urgentemente e de há muito tempo a mudança política de que o telégrafo acaba de nos dar notícia. E se reclamava é porque via nisso uma conveniência imperiosa, o único meio de por fim à situação verdadeiramente anormal porque estávamos passando. O Partido Conservador tem, repetidas vezes, dado exuberantes provas do seu respeito à ordem pública, às leis que nos regem, às instituições vigentes que garantem os direitos de cada cidadão e do seu amor, da sua dedicação a todos os grandes problemas de cuja resolução depende a prosperidade, o engrandecimento e a riqueza de nossa pátria. (...) O *Eco* mais uma vez se regozija com o país e com os seus correligionários, saudando entusiasticamente a ascensão do partido da ordem.⁴⁸

⁴⁸ ECO DO SUL. Rio Grande, 21 ago. 1885.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

Na perspectiva do jornal, o país teria “de entrar em uma fase de reorganização” que absorveria o novo ministério, tendo em vista o “desastrado domínio liberal que acabara de sepultar-se na vala comum” e que deixara atrás de si “o desmantelamento, a desorganização e a miséria”, como obras dos “mais encarniçados inimigos do país” e “verdadeiros tropeços à realização de todas as necessidades da ordem pública e os maiores esbanjadores dos dinheiros do Estado”⁴⁹. De acordo com a folha, o fim da situação liberal deveria-se exclusivamente devido à sua péssima administração e ao fato de que a mesma “nasceu de uma traição e pela traição viveu, renegando as ideias do próprio partido”, de modo que “a sua queda inglória era um justo motivo de regozijo nacional”⁵⁰.

Afirmava ainda o *Eco* que a queda dos liberais nascera de suas próprias atitudes, “por seus muitos erros, pelos seus desatinos e pelas fundas dissensões que lavravam no seio do partido, incompatibilizando-os com o poder”⁵¹. Na concepção do periódico, “os liberais, não podendo por mais tempo ocultar a ruína da situação que para si preparam e confessando-se incapazes de conjurar a crise por eles criada”, vieram a abrir “passagem à política conservadora”. Já o Partido Conservador, segundo o diário, “esperou resignado o momento em que teria de assumir o poder, prevendo as circunstâncias verdadeiramente anormais em que o país se encontraria”, e “cônscio da grande responsabilidade que

⁴⁹ ECO DO SUL. Rio Grande, 27 ago. 1885.

⁵⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 21 ago. 1885.

⁵¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 13 set. 1885.

sobre si tomou, esperava corresponder às esperanças da grande maioria da família brasileira”⁵².

Ainda nessa época, o *Eco do Sul* lançava mão do argumento a respeito do “perigo revolucionário” representado pelos liberais, destacando que os mesmos queriam uma “revolução”, mas não como um “movimento regenerador da sociedade que as vicissitudes políticas desequilibraram”, e sim como uma “reação armada, uma luta em que só preponderava a cobiça do mando, o prurido de senhorear o poder”. O jornal buscava demonstrar o despropósito dessas intenções “revolucionárias”, explicando que “não se concebia sem horror a ideia de que um partido pretendesse perturbar a paz da família e derramar sangue” apenas “para se fazer governo, logo depois de haver criado uma situação de sete anos”, a qual assinalava na história brasileira “uma verdadeira fase negra”, pois, “em tal caso, não seria um partido, seria uma quadrilha de salteadores possuídos do delírio do assassínio”⁵³. Para a folha, o líder liberal Gaspar da Silveira Martins era o maior responsável pela “ridícula ameaça de revolução”, pois ele só teria “em vista readquirir a porção de popularidade que perdera”, tendo cometido “um gravíssimo erro” ao agitar “o pensamento da revolta”, uma vez que o Partido Conservador tinha “bastante energia e dispunha dos suficientes elementos para constranger os petroleiros à obediência às leis e ao governo”⁵⁴.

⁵² ECO DO SUL. Rio Grande, 2 set. 1885.

⁵³ ECO DO SUL. Rio Grande, 27 set. 1885.

⁵⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 9 out. 1885.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

Nesse sentido, o periódico acusava o Partido Liberal de ter deixado “de ser um elemento constitucional, uma garantia para a estabilidade das instituições fundamentais”, notadamente pela influência de Silveira Martins que, “levado por suas tendências republicanas, por suas veleidades de demagogo”, teria sacrificado “os dogmas da religião que professava aos inconfessáveis interesses de sua fortuna política”. Para o diário, “a frenética avidez de popularidade e a ambição de poderio”, teriam feito com que aquele líder, “fosse imprimindo à coletividade liberal a fisionomia de facção individualista, em prejuízo dos princípios”. Considerava assim que o chefe liberal levara sua agremiação a constituir-se em um “numeroso grupo de facciosos, submetido à soberana vontade do indivíduo”, no qual “ideias, doutrinas, tradições, tudo, fora absorvido pelo homem” e “nada mais restando na consciência dos partidários que uma adoração fanática pelo ídolo de carne e osso”. O jornal argumentava que esse processo de “personificação” dos liberais levara a uma “absorção dos princípios que constituíam a base do partido e a essência de sua organização moral e política”, ocorrendo verdadeira inversão de valores, já que “os princípios de uma escola política” não poderiam “viver à mercê do arbítrio e da vontade de um indivíduo”⁵⁵.

Com a consolidação dos conservadores no poder, o discurso político-partidário do *Eco* tornou-se mais ameno, embora persistissem os pronunciamentos visando à defesa das atitudes e a manutenção da agremiação conservadora no governo. Sobre a acusação do caráter retrógrado do partido governista, o jornal

⁵⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 9 out. 1885.

reagia, afirmando que os verdadeiros estacionários eram os liberais que nada teriam feito durante o período de sua administração, a qual não teria passado de sete anos de “escândalos, orgias” e “verdadeira calamidade para o Brasil”, quando “todas as promessas foram traídas, todas as virtudes conspurcadas”⁵⁶. O periódico voltava ao argumento de que o Partido Conservador era o verdadeiro partido liberal, pois fora ele o responsável por algumas das principais reformas promovidas no Império, citando como exemplos a extinção do tráfico africano; a abolição do recrutamento; a ampliação do sistema de administração judiciária; a reorganização do Exército; e as reformas do elemento servil; da Guarda Nacional; da instrução pública; jurídica, com o *habeas corpus*; e eleitoral, com a lei do terço. Defendia ainda que a agremiação conservadora constituía-se na defensora da “ordem”, no sentido da “resistência às perigosas precipitações do espírito anárquico e irrefletido das agrupações radicais”, governando, assim, com o objetivo de manter a ordem constitucional e institucional do país, mas, nem por isso, deixando de ser capaz de acompanhar a evolução dos tempos e as necessárias mudanças daí advindas⁵⁷.

Na defesa do ideário liberal, frente à inversão partidária de 1885, o *Artista* considerava que a situação conservadora seria pouco duradoura, uma vez que o Partido Conservador não teria condições políticas ou programáticas capazes de acompanhar a conjuntura de então. Para o jornal, nas “circunstâncias da política brasileira, nada parecia mais transitório e efêmero do

⁵⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 12 jan. 1886.

⁵⁷ ECO DO SUL. Rio Grande, 24 jan. 1886.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

que o governo conservador”, uma vez que “o partido chamado da ordem estava, moral e materialmente incompatibilizado com o poder”. Segundo a folha, tal incompatibilidade permaneceria enquanto não fossem “convertidas em lei do país as reformas que constituíam o programa liberal, pelas quais a opinião clamava empenhadamente”, o que estaria “em flagrante divórcio com as ideias e conveniências do partido” situacionista. Na perspectiva da folha, o Partido Conservador ascendera “às regiões do poder numa época eminentemente evolucionária”, de modo que dentre os problemas presentes “na cena política do país, nenhum se compadecia com a natureza, as tendências e a própria educação desse partido reacionário e retrógrado”. Explicava, desse modo, que questões “afagadas pelo espírito público”, como a do fim da escravidão, “a descentralização das províncias, a autonomia dos municípios, o casamento civil, a grande naturalização, a modificação do censo eleitoral”, presentes no programa liberal, “só por uma aberração, um verdadeiro fenômeno político-partidário, poderiam ser realizadas pelos homens que se achavam à frente dos negócios do país”⁵⁸.

Tendo em vista a dicotomia entre os partidos hegemônicos nos contextos nacional e regional, o jornal entabulou veementes escritos em defesa dos interesses provinciais que estariam sendo prejudicados pelo governo central conservador. Destacava que a Província já começava “a sentir os perniciosos feitos da mudança de situação”, voltando-se “aos tempos em que tudo era sistematicamente negado pelos governos que se sucediam na cena política do país”. Afirmando que já

⁵⁸ ARTISTA. Rio Grande, 29 ago. 1885.

contava que, “com a ascensão do Partido Conservador, a Província viesse a sofrer em seus interesses”, uma vez que “as lições da experiência e o testemunho dos fatos não só autorizavam, mas justificavam” tais apreensões, o diário protestava contra a forma pela qual o Rio Grande do Sul estaria sendo tratado, ou seja, “como um território conquistado, ao qual se negavam todas as garantias e direitos e se exigiam todos os tributos e vassalagens”⁵⁹. Na concepção do periódico, “nada absolutamente tinha a Província a esperar dos governos conservadores”, já que este agrupamento sustentaria, “de longa data, um estranho ódio pelas vergonhosas derrotas” que o mesmo teria sofrido “em vários e sucessivos pleitos políticos”, de modo que, afirmar “que se inaugurou no país uma situação conservadora” equivaleria a dizer que para os rio-grandenses começara “um período de sistemática e calculada negação de todos os seus direitos e necessidades”⁶⁰.

A circunstância pela qual se realizou a ascensão do Partido Conservador ao poder era considerada como ilegítima pela folha rio-grandina, uma vez que teria se efetuado a partir da decisão “pessoal e autoritária” do soberano, sem levar em conta a opinião pública. Dessa maneira, o jornal não poupava críticas nem mesmo a figura do Imperador, afirmando que o partido governista, em nome do qual se estaria perpetrando “os maiores atentados contra a lei e contra os direitos do cidadão, representava uma mínima parte da opinião nacional” e que o mesmo não ascendera “às regiões do poder pela porta larga da moralidade e do direito” e sim,

⁵⁹ ARTISTA. Rio Grande, 1º set. 1885.

⁶⁰ ARTISTA. Rio Grande, 25 set. 1885.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

“pela porta escusa da ilegalidade e do arbítrio”. Destacava que “com a maioria no parlamento e franco apoio da nação, os liberais foram apeados da governação do Estado”, graças a um “ato de inconcebível prepotência política” ao “*quero* absoluto daquele que tudo podia, apesar das sábias e cautelosas restrições que a Constituição lhe impunha”, escarnecedo “dos direitos do povo de que se dizia amigo”⁶¹.

Envolvido em escândalo financeiro e com sérias dificuldades a serem resolvidas acerca da indenização aos ex-proprietários de escravos, o ministério conservador caiu em junho de 1889, cabendo aos liberais montarem o derradeiro dos gabinetes imperiais e defenderem uma pouco provável manutenção da forma monárquica de governo, tendo em vista a gigantesca crise que se mostrava indelével. Mais uma vez o jornalismo diário rio-grandino trouxe suas reflexões a respeito dessa última inversão partidária, de acordo com a identidade política de cada um de seus representantes.

A ascensão dos liberais ao governo foi recebida com alívio por parte do *Diário do Rio Grande*, que considerou o Brasil “finalmente livre” do ministério conservador, “que por forma tão desagradável para o país assinalou o seu período administrativo”⁶². Aplaudia também a escolha de Silveira Martins para a Presidência da Província, fato que revelaria “da parte do atual ministério, desejos de entregar a administração das províncias a homens de reputação feita, com um nome a zelar” e que, devido a suas posições, tivessem “uma grande responsabilidade na gestão dos negócios

⁶¹ ARTISTA. Rio Grande, 14 jan. 1886.

⁶² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 9 jun. 1889.

públicos”; pretendendo enfim, “promover as grandes reformas do programa liberal”, começando “por mandar para as províncias os primeiros homens do partido”, ou seja, “aqueles que tinham responsabilidade direta e o prestígio do seu nome e da sua capacidade”⁶³.

Diante do novo quadro político, o periódico criticou severamente os conservadores que se convertiam em republicanos, afirmando que os mesmos deveriam “declarar-se republicanos quando eram ainda representantes da nação e o seu partido punha e dispunha na governação do Estado”. De acordo com o jornal, “o programa republicano não oferecia mais vantagens em benefício do país” do que anteriormente, de modo que a passagem “para os arraiais republicanos”, teria ocorrido apenas porque o Partido Conservador caíra do poder. Com isso, a folha diária, mesmo intentando manter a aura de “órgão imparcial”, manifestava sua estranheza perante “a singular inversão que se observava na Província”, pela qual “os conservadores a avolumar as falanges republicanas para bater a Monarquia e os liberais a defendê-la”⁶⁴.

Na perspectiva do *Diário* eram os conservadores os grandes responsáveis pela crise monárquica e que a conversão destes aos ideais republicanos constituía-se na “anarquia política levada ao seu auge”. Considerava, dessa maneira, “que ninguém fizera ainda maior mal à Monarquia no Brasil do que o Partido Conservador”, uma vez que, ao “fazer a abolição de chofre, sem a menor consideração por interesses de maior transcendência”, não observou os interesses das “classes

⁶³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 jun. 1889.

⁶⁴ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 11 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

que, mais direta e profundamente prejudicadas pela abolição imediata e sem indenização”, vieram a revoltar-se “com o que elas consideravam um atentado e uma espoliação”, de modo que vieram a se divorciar da Monarquia. Acusava, assim, o ministério conservador de, “exorbitando do seu programa” ter comprometido “a instituição monárquica, imprimindo com aquele seu ato grande impulso à propaganda republicana”⁶⁵.

Embora ainda buscasse sustentar a postura apartidária, a folha diária deu amplo apoio ao ministério liberal que, segundo ela, estaria “se tornando credor da benemerência do país”, devendo-lhe fazer justiça todos aqueles que “na imprensa não se inspiravam senão no bem público, fosse este promovido por liberais ou conservadores”, já que, “nunca no Brasil se vira um governo fazer tanto em tão pouco tempo”. Para o diário, lançando-se “uma vista retrospectiva pelos diversos ministérios que se têm sucedido na governação do Estado, tanto liberais como conservadores” não se encontrava “nenhum que, como o atual, se tivesse compenetrado tanto da sua verdadeira missão”. O atual era apontado “como um ministério que trabalhava, que procurava dar a razão da sua existência” e “impor-se à consideração e aplausos da nação, criando meios de progresso e desenvolvendo os que já existiam”⁶⁶.

Ainda que intentasse manter o caráter de apolítico e justificando-se por agir em nome do bem público, o jornal fazia campanha pelas candidaturas liberais contra conservadores e republicanos. Afirmava que “fazendo abstração de ideia política” trataria as

⁶⁵ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 12 jul. 1889.

⁶⁶ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 25 ago. 1889.

eleições “sob o ponto de vista das conveniências gerais da Província”, explicando que havia “de um lado o governo, representado perante as urnas por um partido forte e numeroso”, que promoveria “a máxima prosperidade desta parte do Império”, e, do outro, “dois partidos, um completamente desmantelado e outro, novel ainda e, portanto, sem elementos para poder aspirar a assumir a suprema governação do Estado”, ou seja, “dois partidos que nada absolutamente poderiam fazer em benefício da Província”⁶⁷.

Em resposta às acusações de estar sendo contraditório, o *Diário* intentava explicar o seu modelo de “imprensa neutra”:

A política para nós é o que há de menos atraente. Não nos seduz nem nos preocupa. Se dela não estivessem dependentes altos interesses públicos (...) ser-nos-ia absolutamente indiferente que no próximo pleito eleitoral, ou em outro qualquer, fossem vencedores liberais, conservadores ou republicanos. (...)

Justamente porque somos um jornal livre, sem ligações partidárias, julgamos do nosso dever dar o nosso fraco apoio ao governo – não porque ele seja liberal – mas pelo bem que está fazendo por esta grande coletividade social chamada Brasil.

A nossa neutralidade não vai ao ponto de nos mostrarmos indiferentes a sorte de um governo, que (...) está promovendo, por meio de medidas adequadas e reclamadas pela opinião, o progresso e bem-estar da Pátria.”⁶⁸

⁶⁷ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 27 ago. 1889.

⁶⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 29 ago. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

De acordo com essa posição, o jornal, em uma de suas últimas manifestações de cunho político-partidário antes da mudança na forma de governo, aplaudiu a vitória eleitoral dos liberais, destacando que se deveria “dizer em honra da verdade” que o governo teria feito “por merecer a confiança do país, iniciando uma administração que contrastava agradavelmente com o *carrancismo* e a esterilidade que caracterizavam as administrações do Império”⁶⁹. Assim, nos últimos anos do período monárquico, o *Diário do Rio Grande* adotou uma postura de aproximação com os princípios liberais. No entanto a construção de seu discurso político-partidário alterou-se de acordo com a conjuntura política favorável ou desfavorável, variando, desse modo, de um partidarismo atuante nos momentos de agitação partidária, para uma “neutralidade” supostamente desinteressada e apolítica, e/ou ainda para uma “neutralidade” pragmática e utilitarista, de ligação mais intrínseca aos liberais, sob o argumento da defesa do bem público, posições essas profundamente vinculadas também com a manutenção da sobrevivência comercial do periódico. A mudança da forma de governo promoveria uma nova reordenação discursiva dessa publicação diária, que intentou adaptar-se às novas circunstâncias, passando por várias etapas diferentes até desaparecer na primeira década dos Novecentos.

Já quanto ao *Eco do Sul* e sua identidade partidária, foi com decepção que o diário noticiou a nova ascensão do Partido Liberal ao governo, em junho de 1889, destacando que a partir desse ato seriam

⁶⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 5 set. 1889.

“fatalmente comprometidas as instituições, prejudicado o progresso da pátria e depauperado o Tesouro Nacional, pelos esbanjamentos que caracterizavam os governos liberais”. Afirmava também que seria mantida a característica dos “períodos preenchidos por situações liberais”, os quais tinham “sido invariavelmente retrógrados para a prosperidade e engrandecimento da pátria”. O jornal comentava ainda que, “para não ser lançado ao abismo”, somente restaria ao país, “a eficaz oposição dos conservadores aos atos escandalosos praticados pelos liberais”; e que o novo gabinete seria “imensamente fraco, em virtude do grave desacordo que reinava entre os membros mais proeminentes do Partido Liberal”⁷⁰. Argumentando que o recém-empossado ministério nem ao menos havia conseguido reunir “os homens de prestígio nem os homens de talento” da agremiação liberal, a folha previa que o gabinete haveria “de gastar toda a sua atividade e toda a sua habilidade para manter-se”, de modo que seria um ministério “violento ou nulo”⁷¹.

Nos últimos meses do período imperial, a folha rio-grandina direcionou seus pronunciamentos político-partidários à crítica ao governo liberal, afirmando que o mesmo era um “desastre completo”, pois, “mais uma vez, depois das mais solenes promessas”, ele passaria “pelo poder, torturado em luta estéril, sem se ocupar se não de cabala eleitoral e de política de campanário”, vindo a deixar “na página por ele destinada às reformas, a sua história representada por um grande zero”. Destacava ainda que o Liberal seria “um partido em

⁷⁰ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 jun. 1889.

⁷¹ ECO DO SUL. Rio Grande, 18 jun. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

franca dissolução e em véspera de abrir falência com um passivo enorme de consciências” e que estaria encaminhando “um país próspero e rico para a miséria, para a corrupção e para o desmantelo geral”⁷². Para o jornal, o ministério liberal era “o resultado de fatos acidentais, de sucessos puramente intercorrentes”, estando a governar “contra a vontade nacional”, o que, por conseguinte, deixava o país entregue às ambições “de homens que ligavam à prosperidade e engrandecimento da pátria, à mais glacial indiferença”, levando-a a “caminhar para o abismo”, ou ainda, colocando-a “sobre um vulcão que a todos momentos ameaçava explodir”. Afirmava também que a administração liberal, através da “falta de moralidade e amor pátrio” estaria promovendo “verdadeiro caos”, ao destruir tudo que “os conservadores, com honra, labor e patriotismo, conseguiram de proveitoso para a pátria”⁷³.

Apesar de manter-se fiel ao Partido Conservador, buscando contornar a fragmentação interna que se tornava cada vez mais grave, o periódico não chegou a censurar os sectários dessa agremiação que se filiaram ao ideal republicano - justificando que a atitude dos mesmos fora tomada como uma reação à desorganização política promovida a partir da decisão imperial de chamar os liberais de volta ao poder -, mas negou-se a seguir o mesmo caminho. Argumentava que sentia “a falta dos valentes companheiros de outrora”, entretanto, “pesando a consciência, não encontrava meios de profligar semelhantes resoluções, justificáveis na desorientação política que lavrava no país”. Reforçando

⁷² ECO DO SUL. Rio Grande, 6 ago. 1889.

⁷³ ECO DO SUL. Rio Grande, 6 ago. 1889.

seu argumento, afirmava que mesmo “lamentando a conversão política dos seus valentes companheiros do passado”, não iria recriminá-los “pelo recurso de que lançaram mão para saírem do *caos* e da anarquia a que o aulicismo teria levado as instituições” nacionais. A folha declarava, no entanto, que não poderia “seguir a onda”, pois, “talvez mais animosa” julgava-se com o dever de continuar nos mesmos arraiais em que militara” nos últimos anos; e que, “por coerência com as ideias do passado e pelos princípios políticos que professava”, continuaria acompanhando “a tradicional bandeira do Partido Conservador”⁷⁴.

Já na edição referente ao dia da implantação da República, o jornal, ainda sem condições de noticiar tal evento, prosseguia na sua profissão de fé conservadora e reagia aos ataques da imprensa republicana que se manifestara sobre o fim dessa agremiação. O *Eco* discordava de tal asseveração, argumentando que “o partido da ordem, desde os tempos remotos cheio de vida e pujança”, não iria deixar “jamais de representar o seu brilhante papel e de cooperar ativa e tenazmente na grandiosa obra de engrandecimento nacional”. Explicava também que “o elemento conservador, trabalhando com perseverança e dedicação pela prosperidade do país, dando provas eloquentes de patriotismo e abnegação”, ao invés “de tornar-se fraco” – como afirmavam “os inimigos da tranquilidade da pátria, os que guerreavam as instituições juradas” –, permaneceria sempre a “lutar pelo bem, como um verdadeiro atleta”. De acordo com o periódico, “o partido da ordem tinha força e energia”, possuindo “os

⁷⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 15 nov. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

indispensáveis elementos para a luta”, de modo que dava “sinais evidentes de vida e fazia crer mais pujança e mais inabalável reputação”⁷⁵. Apesar das previsões de “longa vida” ao Partido Conservador, a folha logo teria de enfrentar as mudanças advindas da nova forma de governo, as quais promoveriam profundas alterações na postura política e editorial do diário rio-grandino.

No caso do *Artista*, a ascensão dos liberais ao poder na formação do último gabinete monárquico foi entusiasticamente recebida, vindo a anunciar a inversão partidária como “a boa nova que era ansiosamente esperada”, dando “os parabéns à Província e ao país, por ver apeada do poder a situação conservadora, cuja ominosa administração tão prejudicial tinha sido ao país”, em um “triste espetáculo de desmoralização e de desordem”. Afirmava que “nas críticas circunstâncias do país, o Partido Liberal, assumindo as rudes responsabilidades da governação”, dava “uma solene demonstração do seu patriotismo e do seu devotamento pelo bem da pátria”. O jornal congratulava-se, assim, pela subida dos liberais “ao poder e por ver inaugurada na pública administração uma era de moralidade e de justiça” e dava “vivas” ao “progresso com moralidade e à liberdade que era o lema da bandeira” liberal⁷⁶. Para o periódico, a situação conservadora caíra do poder, “o gabinete que desceu a vala dos executados, amortalhado no sudário de imoralidades e de escândalos” receberia “o cognome infamante pelo qual haveria de ser designado nos fastos parlamentares”, ficando também “sem apoio de nenhuma das classes da sociedade,

⁷⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 8 jun. 1889.

⁷⁶ ARTISTA. Rio Grande, 8 jun. 1889.

porque de todos se alheou pelos seus erros e pela sua inépcia”, de modo que “nunca” um ministério teria deixado “o poder assoberbado por tão geral e afrontosa condenação”⁷⁷.

A escolha de Gaspar da Silveira Martins para a Presidência do Rio Grande do Sul foi elogiada pelo jornal e apontada como atestado do “critério e elevada compreensão das necessidades do país, pondo à frente do governo da Província um homem” de “prestígio, influência e reconhecido mérito”, na figura daquele líder liberal. Na opinião da folha, Silveira Martins conhecia “perfeitamente a Província, os seus homens, as suas

⁷⁷ ARTISTA. Rio Grande, 10 jun. 1889. Diante do quadro de crescente crise política, no mesmo número, o *Artista* defendia que o Partido Liberal representaria a única solução para vencer as dificuldades que estariam ameaçando até mesmo a estabilidade das instituições monárquicas. Nesse sentido, dizia: “O sistema constitucional tem sido falseado, as leis tem sido violadas pelos governos. É infelizmente certo. Importará isso, porém, que seja infalível e fatal uma reforma radical da forma de governo? Não o pensamos, antes estamos convencidos que ela é perfeitamente compatível com as grandes reformas liberais, a que a população aspira. O que é preciso é entrar francamente no caminho das reformas, para que o povo intervenha na administração do país, assumindo a responsabilidade dos seus destinos. A agitação atual, mistura confusa de crenças sinceras e de interesses prejudicados, que aspiram por uma indenização, desaparecerá logo que o povo se convença de que em vez de comparsa, assumirá o papel que legitimamente lhe pertence nos negócios públicos. É esta a missão do Partido Liberal, subindo ao poder no momento atual, missão difícil em verdade, mas não superior ao patriotismo e à dedicação de que tantas provas” têm dado os liberais.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

necessidades e as suas aspirações”, tendo reservado para esta “uma dedicação nunca desmentida”, vindo a consagrar “constantemente a sua palavra, a sua energia e os seus esforços em favor do engrandecimento e da prosperidade” rio-grandense. Previa, desse modo, que a administração daquela liderança, “pautada pelos severos preceitos da justiça e da lei”, seria “larga e fecunda” como “inquebrantável”, havia sido “a sua dedicação pelos interesses desta terra”. Manifestava plena confiança no “eminente estadista” e saudava “o preclaro e devotado chefe do brioso partido, cujo patriotismo brilhantemente fulgurava nos fastos da heroica Província do Rio Grande do Sul”⁷⁸.

Mesmo admitindo a gravidade da situação pela qual estaria passando o país naquele momento, a folha rio-grandina não aceitava, no entanto, qualquer hipótese quanto à modificação da forma monárquica, destacando que, apesar das “graves circunstâncias” de então, as mesmas não eram “tão assustadoras como por exagerado temor se afigurava a uns e, por cálculo interesseiro, apregoavam outros”. Antes da forma de governo, o jornal propunha que era preciso “regenerar os costumes e formar o caráter dos cidadãos”⁷⁹. Criticava os republicanos, vindo a considerá-los como “profetas interesseiros e apaixonados”, que exageravam a agitação e apregoavam “que as apostasias que se reproduziam eram indício infalível que em breve a erupção do vulcão republicano subverteria os alicerces das instituições” monárquicas. Segundo o periódico, “a evolução política de um povo não dependia do caminho que seguiam

⁷⁸ ARTISTA. Rio Grande, 5 jul. 1889.

⁷⁹ ARTISTA. Rio Grande, 5 jul. 1889.

determinados indivíduos, mas da soma das vontades nacionais”, considerando que “a questão da forma de governo era uma verdadeira abstração, que não se realizaria e não se impunha como necessidade social”, a não ser no momento em que se condensasse “nos costumes e nas tendências das populações”⁸⁰.

Na perspectiva do jornal, estavam enganados aqueles que se insurgiam “pelas explosões de despeitos”, e que julgavam “inevitável e próxima a transformação das bases do governo nacional”; bem como estavam iludidos os que supunham “inevitáveis os exageros de reformas, os extremos da revolução e a subversão de todos os princípios e instituições”, pois esqueciam que só seria “possível a existência e o progresso com a harmonia e a cooperação de todos os elementos”. Defendia, dessa maneira, que “para a verdadeira democracia moderna, a questão” não seria “de forma, mas de liberdade prática, de desenvolvimento amplo e profícuo de todas as forças do organismo nacional”. Buscava, assim, garantir que “após tantos anos de paz e de prosperidade”, sob a Monarquia, o país não iria “lançar-se às aventuras perigosas de uma jornada” que punha “em risco a sua tranquilidade e a sua integridade, seduzido apenas pela enganadora miragem de um ideal”, que, na prática, “estava reconhecido não ser superior” à forma monárquica. Pregava a desconfiança contra os republicanos, uma vez que os mesmos estariam sustentando “uma causa que tirava forças e alento da insensatez”, sacrificando “os

⁸⁰ ARTISTA. Rio Grande, 11 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

sagrados interesses da pátria” às “suas paixões ambiciosas e odientes”⁸¹.

A censura de parte do periódico também se direcionava aos republicanos de última hora, apontando que, “ao lado dos republicanos idealistas, que ambicionavam a república, seduzidos pela beleza teórica do sistema e embalados por harmonias metafísicas”, se agrupavam “os convertidos, os despeitados que queriam a revolução, não pelo que ela podia construir de sólido, em benefício do país, mas pelo que ela poderia destruir”, vingando “os seus ódios e saciando os sôfregos desejos da ambição”. Para a folha, a maioria dos que formavam “nas fileiras dos adversários do sistema de governo, não eram crentes verdadeiros, mas conversos de última hora, ambiciosos vulgares”, que em relação “ao sentimento de vaidade ofendida e ao desespero das pretensões malogradas”, sacrificavam “as convicções, vendendo a consciência pelo único desejo de se vingar”⁸². Ressaltava, de acordo com esta ideia que não assustavam “as apostasias que os adeptos da república exalçavam como indício do seu próximo advento”⁸³.

A fragmentação do Partido Conservador e a retirada de parte de seus membros para o campo republicano era qualificada pelo jornal como uma atitude ilegítima, injustificável e perigosa às instituições monárquicas. Na opinião da folha, “a desorganização, a confusão e a anarquia” que lavrava no seio dos conservadores, “crescia e avolumava-se com progressiva intensidade, de dia para dia”, sendo inaceitável que

⁸¹ ARTISTA. Rio Grande, 11 jul. 1889.

⁸² ARTISTA. Rio Grande, 11 jul. 1889.

⁸³ ARTISTA. Rio Grande, 12 jul. 1889.

muitos dos sectários desta agremiação tivessem “abjurado a antiga fé e atirado ao mar a pesada carga das convicções e crenças passadas”, indo “arregimentar-se entre os sapadores que visavam a subverter as bases do governo”. Argumentava que os conservadores, ao invés “de se unirem aos que defendiam a ordem e a tranquilidade do país, defendendo o sistema”, haviam se ligado àqueles que pretendiam “subverter a ordem das coisas estabelecidas”. Ainda quanto aos conservadores convertidos ao republicanismo, chamava-os de cegos que estariam pelo “despeito e pelas paixões pessoais”, sem perceber “o perigo de darem apoio” aos republicanos, o que não importaria “em uma simples traição à sua fé, mas em verdadeiro suicídio”. Nesse sentido, vaticinava que os conservadores, ao estimular a agitação, em vez de buscar acalmá-la, viriam “a arrepender-se amargamente”, se aquela “simples faísca”, que contava com “a sua errônea compreensão e o seu auxílio”, viesse a transformar-se “em um incêndio assustador”⁸⁴.

Tal “simples faísca” ventilada pelo periódico acabou por realmente transformar-se em um “incêndio assustador” bem mais depressa do que o próprio jornal poderia prever. O perigo de subversão das instituições monárquicas, representado pelos republicanos e previamente anunciado pela folha viria a concretizar-se com o 15 de Novembro. Dentro de sua perspectiva de que a mudança na forma de governo não representaria o remédio para a crise brasileira, bastando para isso a manutenção e o revigorar do programa reformista dos liberais, o *Artista* sofreria a partir da proclamação da

⁸⁴ ARTISTA. Rio Grande, 1º ago. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

República uma ruptura nos seus rumos editoriais que progressivamente avançariam até uma perda de identidade e uma indefinição editorial que viriam a caracterizar a existência do periódico até a virada do século XIX para o XX.

Assim, os desacertos e cisões no seio dos partidos imperiais, o recrudescer da ação dos republicanos e a manifesta e crescente insatisfação dos militares levaram a um clima de profunda tensão que, associado à crise política, redundaria na queda da Monarquia, cujos alicerces vinham sofrendo profundas fissuras, ao longo das três últimas décadas, preparando-se o caminho para a mudança institucional de 15 de novembro de 1889. Cada uma das inversões partidárias viria a aprofundar ainda mais a crise, como foi o caso das duas últimas, em 1885 e 1889, que, ao mesmo tempo, carregavam consigo tanto uma tênue esperança de modificações que garantissem a manutenção monárquica, quanto uma quase certeza de que o fim do regime se aproximava. Os jornais diários rio-grandinos, de acordo com suas respectivas concepções partidárias, permaneceram arraigados às tradicionais disputas entre liberais e conservadores, em um processo de verdadeira autofagia política que viria a marcar a extinção da Monarquia.

Os derradeiros tempos da política imperial na perspectiva imagética da imprensa ilustrado-humorística (*Bisturi*, 1888-1889)

Tendo surgido em abril de 1888, sob seu viés crítico e humorístico, por meio da arte caricatural e a partir de seu prisma de proximidade com os liberais, o *Bisturi* expressou uma construção imagética acerca dos estertores da política imperial. A caricatura traz em seu conteúdo o pitoresco de uma sociedade, as suas grandezas e misérias, constituindo um verdadeiro reflexo dos modos de ver, de ser e de parecer de uma época. Na arte caricatural, os temas abordados são extremamente ecléticos e vão desde a política aos costumes, passando pela sociedade e pela economia, abordando lado a lado, o comentário a um grande acontecimento político ou a figuras destacadas da sociedade, juntamente com a piada acerca de uma qualquer figura popular⁸⁵.

Ao adquirir uma dimensão social, a caricatura se torna uma arte autônoma, voltando-se ao espírito crítico que passa a julgar a sociedade nos seus mais variados

⁸⁵ MORAIS, Fernanda Borges Ferreira; MAGALHÃES, Maria Benedita Cabral de & MORAIS, Maria José da Silva. *A caricatura: um recurso educativo nas aulas de História*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996. p. 6.

setores⁸⁶. A caricatura brinca com a mágica da criação, trazendo bonecos divertidos e abrindo espaço para interrogá-los sobre o seu caráter e sobre a sua alma⁸⁷. O caricaturista, ao registrar o momento histórico, o fato político significativo do dia, compõe, de certa maneira, um aspecto da personalidade do periódico a partir do qual se expressa, identificando uma tendência e firmando uma posição⁸⁸. Assim, a arte caricatural oferece uma contribuição fundamental ao debate político, vindo a desmistificar o poder e incentivar o envolvimento de pessoas comuns nos assuntos de Estado⁸⁹, como fez o *Bisturi* ao final do período imperial.

Ainda que tenha sido realizada sob um gabinete conservador, a abolição definitiva da escravatura constituía um anseio que esteve presente em meio à significativa parte da imprensa brasileira. Isso não seria diferente em relação ao *Bisturi*, que apresentou alegoria na qual, em meio a foguetório comemorativo, apareciam algumas das personalidades envolvidas na legislação abolicionista. Faziam parte do desenho ainda os libertos, representados por gerações e sexos diferentes de ex-escravos que rompiam com seus grilhões, ou seja, um velho, um homem e uma mulher adultos e uma criança. A gravura era completa pela figura do indígena - tradicional representação do povo brasileiro - que

⁸⁶ MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 304.

⁸⁷ GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 364.

⁸⁸ LUSTOSA, Isabel. Humor e política na Primeira República. In: *Revista USP*, set., out. e nov. 1989, p. 64.

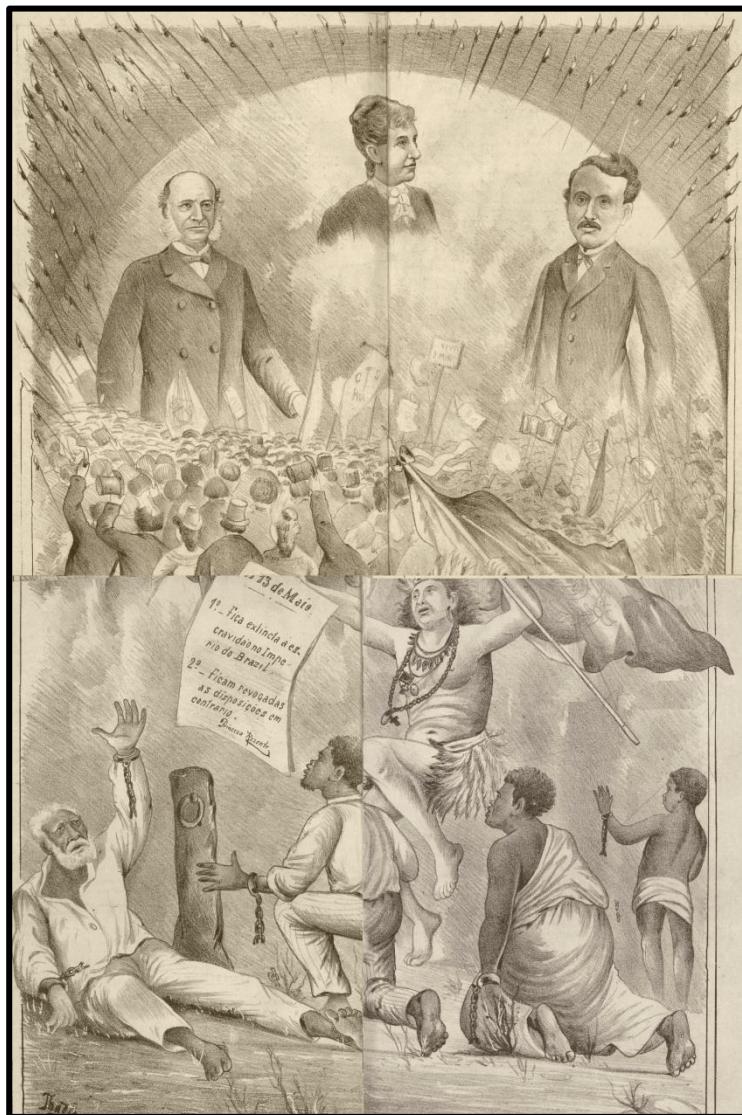
⁸⁹ BURKE, Peter. *Testemunho ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 121.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

carregava em uma das mãos um documento alusivo à Lei de 13 de Maio e, na outra, o pavilhão nacional, complementando a perspectiva de que se tratava da conclusão de um anel do conjunto da sociedade brasileira. A legenda era em tom de exaltação: “Homenagem do *Bisturi* ao 13 de Maio de 1888”⁹⁰.

⁹⁰ BISTURI. Rio Grande, 20 maio 1888.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

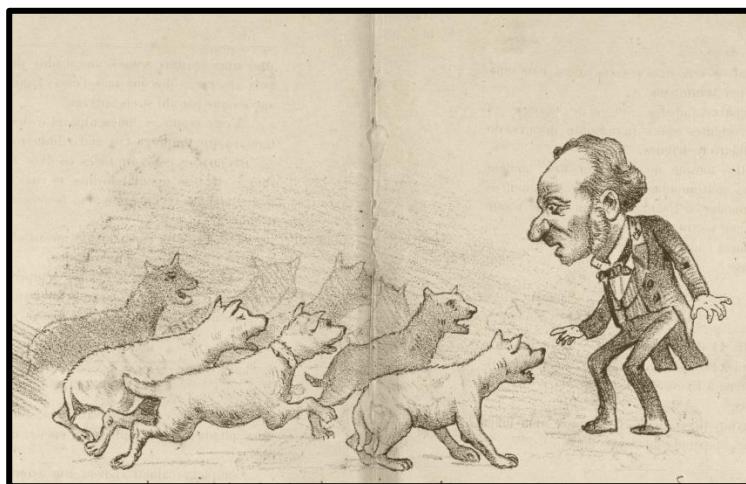


ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

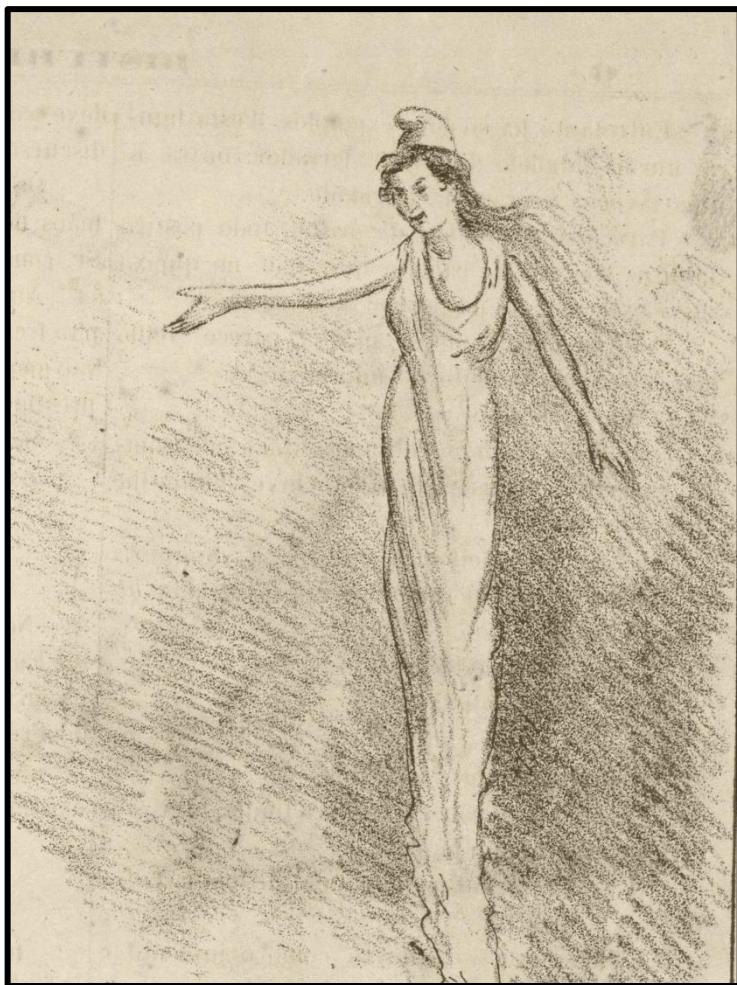
Mas o olhar crítico do *Bisturi* logo viria a observar que os interesses em jogo não traduziam aquela totalidade de satisfação com a extinção da escravatura. Nesse sentido, mostrava os antigos proprietários de escravos amplamente insatisfeitos com a falta de resarcimento pela perda daquilo que consideravam sua propriedade, apresentando-os como indivíduos que procuravam seu suposto reembolso por meio de lunetas. De acordo com tal perspectiva, o periódico noticiava que “foi rejeitado no Senado o projeto apresentado sobre a indenização aos ex-senhores dos escravos, que só por um óculo conseguirão enxergar aqueles cobres”. Segundo o semanário, a insatisfação se transformaria em raiva, representando aquelas figuras agora como cães, prontos a atacar um membro do governo, descrevendo a folha que eles ficaram “furiosos e irreconciliáveis”, ao dizerem: – “*Que dele* o que você havia prometido?”. Vislumbrando um rompimento de tal grupo que tivera os interesses feridos com a própria forma de governo, o *Bisturi* anunciaava “de Pindamonhangaba, São Paulo, telegrafam: ‘A República cresce!...’”, trazendo a tradicional imagem republicana, simbolizada pela dama do barrete frígio, vestida à romana⁹¹. Na visão do hebdomadário, aqueles poderiam ser os estertores da Monarquia.

⁹¹ AGULHON, Maurice & BONTE, Pierre. *Marianne – les visages de la République*. Paris: Gallimard, 1992. p. 24-25, 31, 35 e 46-47.; e CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 75 e 78-80.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-
GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



Na continuidade do conjunto caricatural, o *Bisturi* apresentava dois republicanos que apontavam como estava “agitado o mar” da vida política nacional, para em seguida mostrar nessas mesmas águas perigosas um membro do governo conservador, que buscava salvar-se,

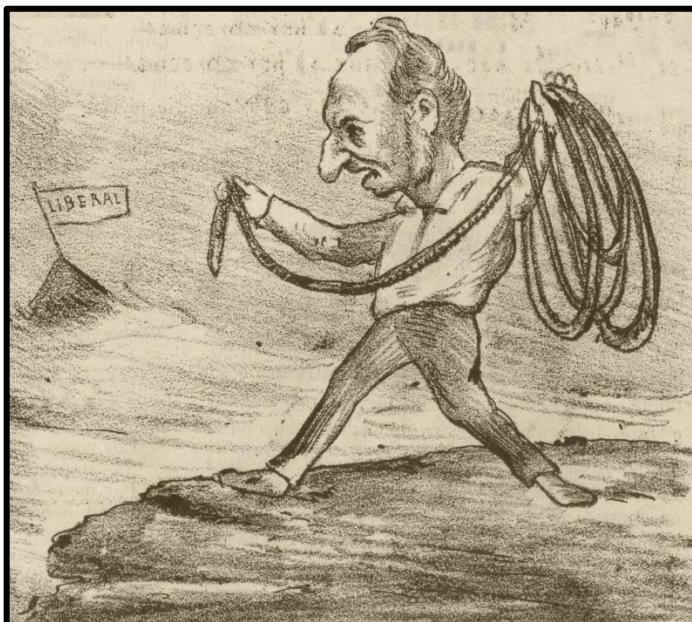
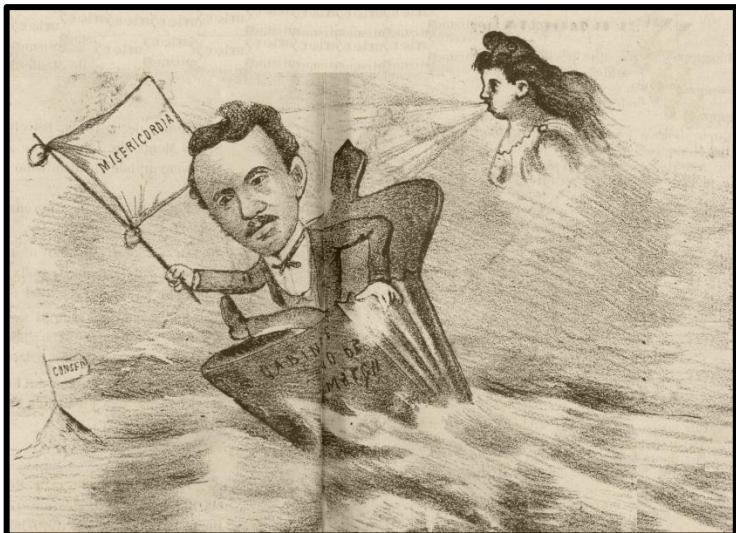
FRANCISCO DAS NEVES ALVES

utilizando-se de sua pasta como bote, além de abanar bandeirola que pedia “misericórdia” e, em tom de oração, desejava: “Deus queira não tenhamos alguma crise ministerial!...”. Tal cena era ambientada em um mar revolto, por meio de ferrenho vento proveniente do sopro da dama do barrete encarnado que, como designação da república, mais uma vez se fazia presente. Ao final, de acordo com suas convicções, o periódico caricato representava uma possível salvação em personagem que, com um laço, pretendia obter a liberdade⁹².



⁹² BISTURI. Rio Grande, 22 jul. 1888.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-
GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



O semanário ilustrado realizava críticas em geral ao cenário político nacional, ainda mais durante uma gestão conservadora, como ao alegorizar a “política” por meio de uma dama muito bem vestida, mas que se utilizava de sua sombrinha para mexer em material deletério, identificado com alguns dos males que atingiam o país naquele momento, como “intrigas”, “patotas”, “infâmias”, “mentiras” e “calúnias”. Nessa linha, o periódico denunciava que a idoneidade das ações políticas de então ficava restrita apenas às aparências, pois, na realidade, as mesmas eram caracterizadas por profunda sujeira, como ficava demarcado na sutil legenda: “Vira e revira...”⁹³. As provocações ao Partido Conservador também se faziam presentes, como ao apresentar dois “ilustres deputados conservadores”, que se dirigiam às urnas, “cheios de chapas, confiança em si e no prestígio dos seus chefes”, para em seguida sofrerem “tremenda decepção”, com a constatação do resultado eleitoral favorável aos adversários liberais⁹⁴.

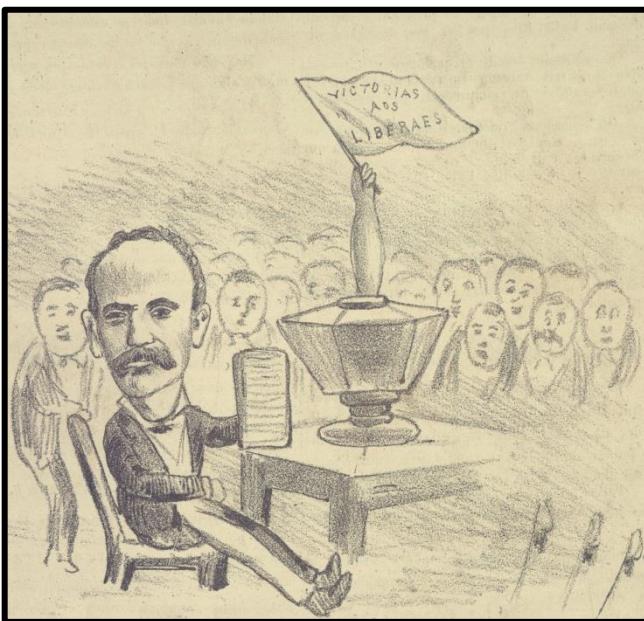
⁹³ BISTURI. Rio Grande, 10 set. 1888.

⁹⁴ BISTURI. Rio Grande, 10 mar. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-
GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



FRANCISCO DAS NEVES ALVES



ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

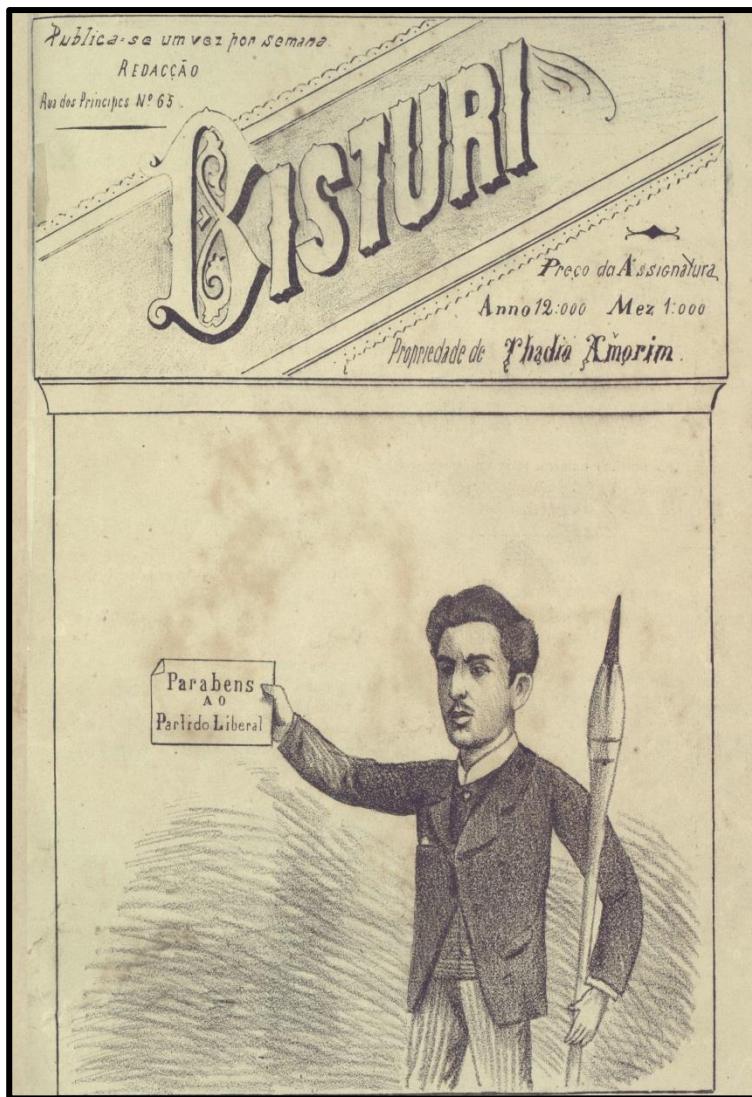
A identidade da folha com os liberais ficava ainda mais evidenciada, quando o proprietário, redator e desenhista do *Bisturi* promoveu o seu autorretrato, no qual, de crayon à mão, como verdadeiro símbolo do caricaturista, tinha na outra um cartão que parabenizava a vitória de tal grei partidária. Dessa maneira, o hebdomadário afirmava: “glória ao Partido Liberal pelo triunfo”, considerando que fora “um passo dado para a santa causa da liberdade”, bem como “uma nuvem negra a encastelar-se nos horizontes da atual situação, mostrando que não está longe o dia do seu completo aniquilamento”⁹⁵. A publicação humorística previa uma iminente queda do gabinete conservador, como ao mostrar seus integrantes com grande dificuldade em equilibrar-se sobre uma corda bamba, ocasião em que declarava: “O ministério está custando a aguentar-se no balanço...”⁹⁶. Na mesma linha, acusava o gabinete no poder de corrupto, intentando demonstrar que seus membros estavam muito mais interessados em aproveitar-se das verbas públicas, trazendo caricatura, na qual estes eram transformados em novilhos ávidos por sugarem os úberes estatais, como ficava demarcado na legenda: “Os bezerros continuam agarrados à inesgotável teta da nação”⁹⁷.

⁹⁵ BISTURI. Rio Grande, 31 mar. 1889.

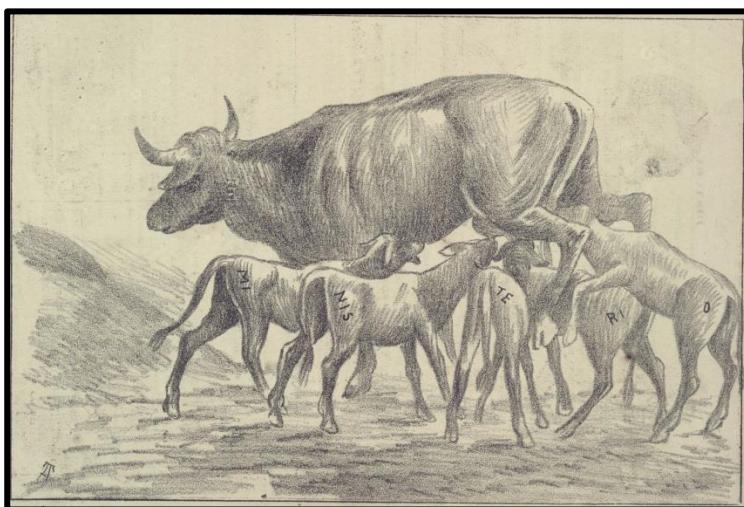
⁹⁶ BISTURI. Rio Grande, 12 maio 1889.

⁹⁷ BISTURI. Rio Grande, 19 maio 1889.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES



ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



A inversão partidária de 1889 contou com o aplauso de parte do *Bisturi*, que observava na chegada dos liberais ao poder uma solução para os males nacionais. A folha não perderia a oportunidade de

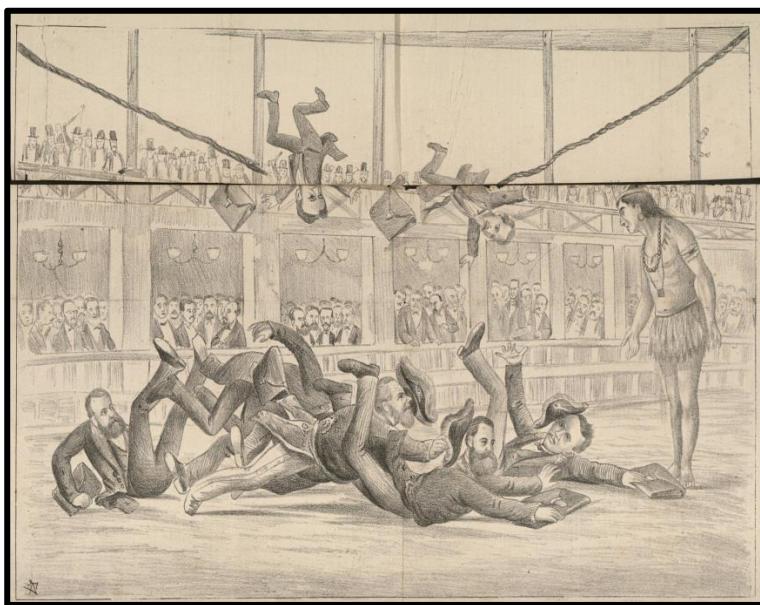
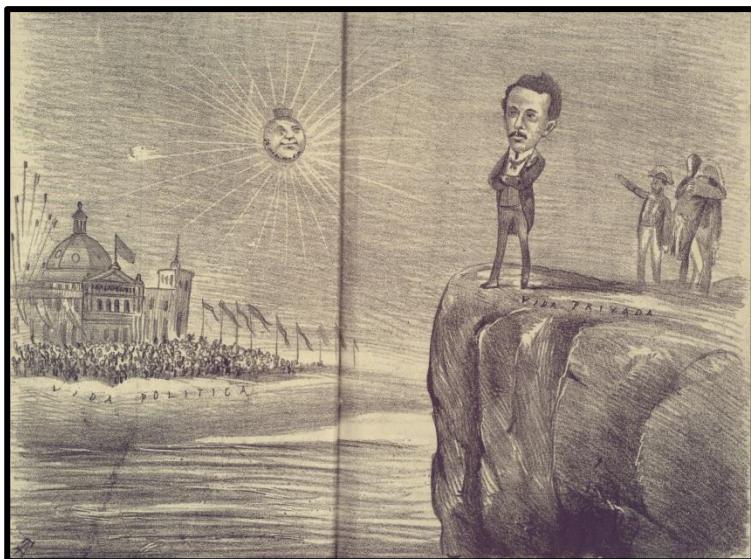
tripudiar com os adversários, colocando-os sobre um ermo rochedo em meio ao oceano, identificado com a “vida privada”, só conseguindo observar ao longe o brilho da “vida política”, aparecendo por legenda: “Os exilados de Santa Helena, deitando um olhar para o passado!... Coitados, agora só por um óculo”⁹⁸. O periódico também transformou, por meio da arte caricatural, o derruir do gabinete conservador em um espetáculo, amplamente assistido pelos homens públicos, os quais observavam a falta de equilíbrio do ministério ao tentar se manter em uma corda bamba, vindo todos a cair, perante o olhar do índio/Brasil, que se mostrava satisfeito, ao defender que a manutenção dos conservadores no poder teria “reduzido” o país “a mais triste, humilhante e paupérrima situação”⁹⁹. A principal liderança liberal sul-rio-grandense, Gaspar Silveira Martins, que contava com amplo apoio de parte da folha ilustrada rio-grandina, passou a desempenhar um protagonismo em suas páginas, como ao representar uma personalidade ascensional, que, tal como um astro celeste, ofuscava seus adversários, como dizia o periódico: “A passagem de Vênus, sempre radiante e bela, embora a rodeiem de infâmias e opressões”¹⁰⁰.

⁹⁸ BISTURI. Rio Grande, 9 jun. 1889.

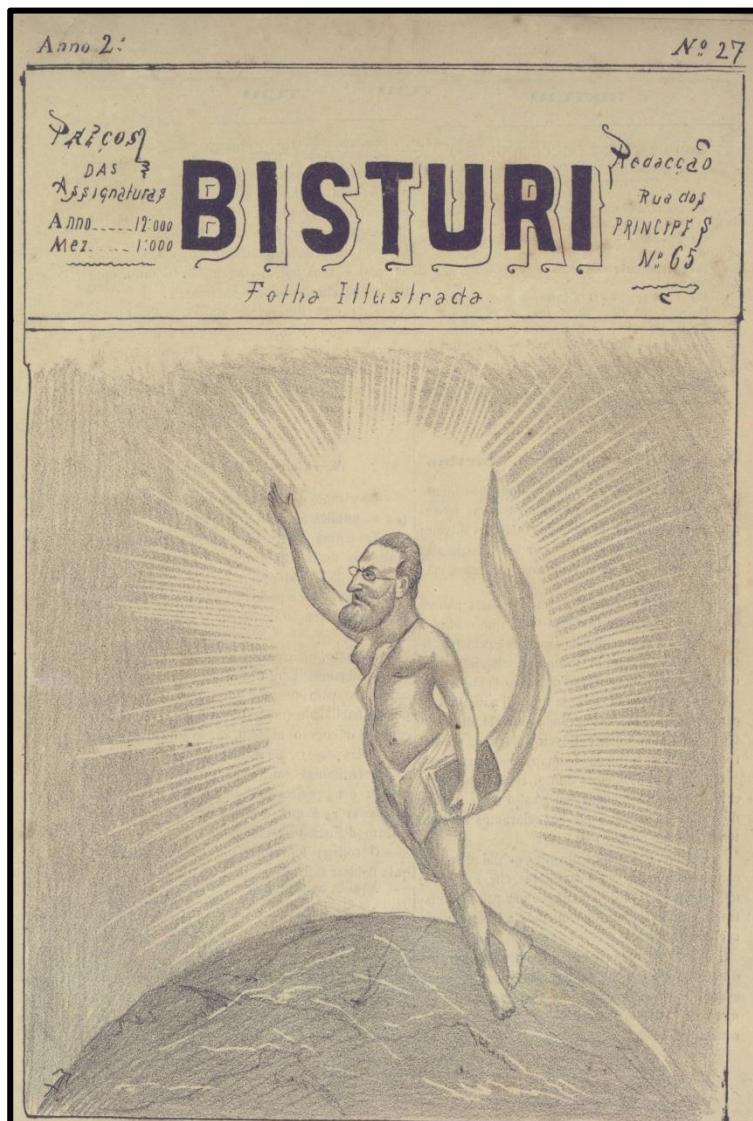
⁹⁹ BISTURI. Rio Grande, 16 jun. 1889.

¹⁰⁰ BISTURI. Rio Grande, 7 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-
GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



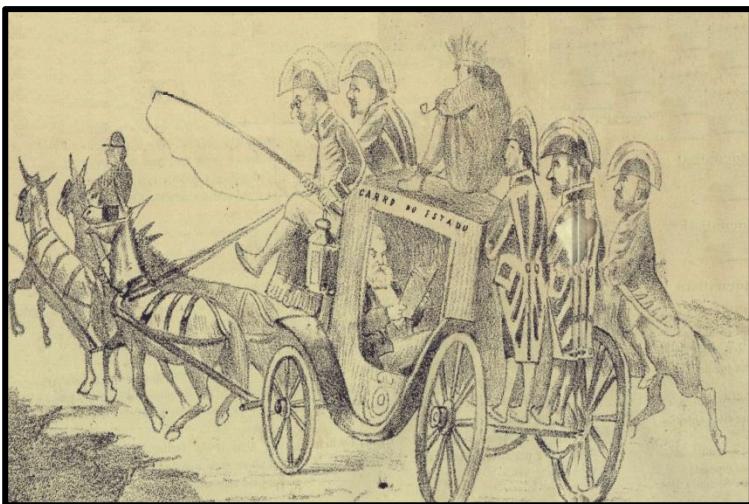
FRANCISCO DAS NEVES ALVES



ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

A preparação para os enfrentamentos políticos era equiparada pelo *Bisturi* aos preparamos para uma guerra, comparando a organização da agremiação liberal a um exército, cujo líder dizia: “O grande dia da batalha aproxima-se; os nossos inimigos não nos pouparam, portanto, dente por dente, olho por olho...”. Mantendo o tom castrense, o chefe partidário declarava ainda: “Soldados, estejam prontos ao primeiro grito de combate, vamos mais uma vez mostrar quanto presta o brioso exército liberal”. Por meio iconográfico, a publicação caricata comparava o Estado Nacional Imperial a uma carruagem, guiada e protegida pelos políticos, carregando o imperador e contando ainda com o índio, designando o povo brasileiro, entre os integrantes da comitiva, a perspectiva militarizada permanecia com a alegação de que as ações liberais, agora no poder, teriam a finalidade de conduzir “suave e docemente o carro do Estado ao caminho da posteridade... ou à beira de um precipício, segundo os oposicionistas”¹⁰¹.

¹⁰¹ BISTURI. Rio Grande, 18 ago. 1889.



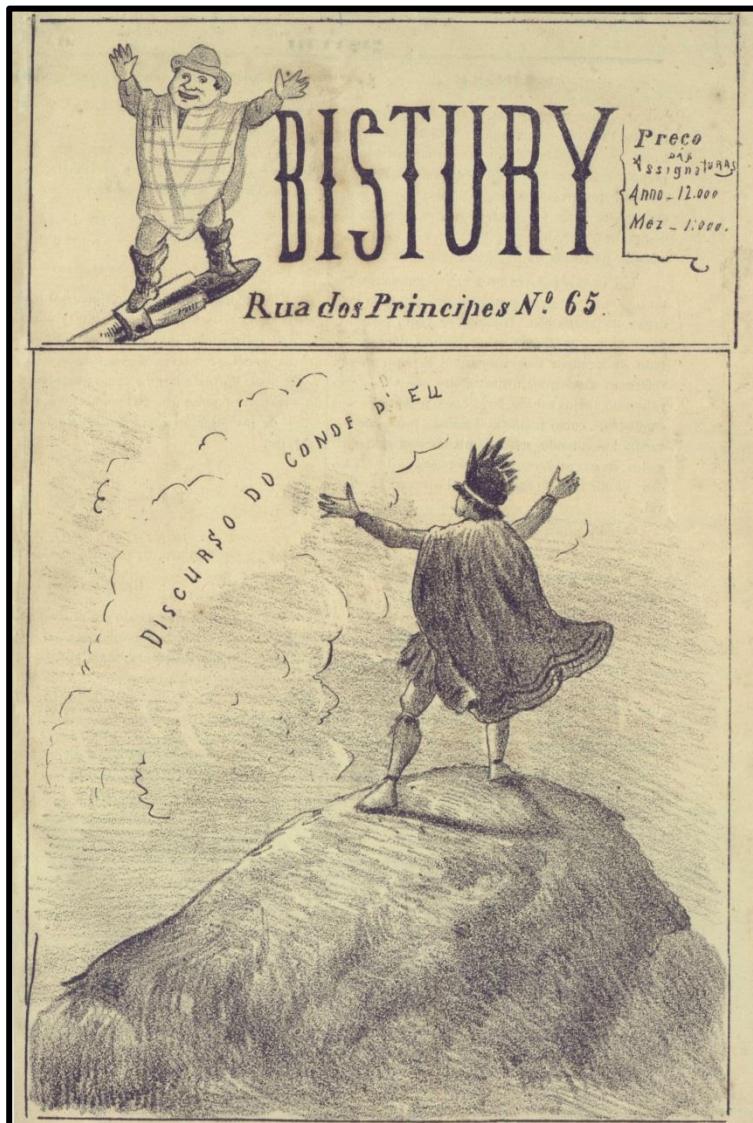
Agora cioso pela manutenção dos liberais no poder, o *Bisturi* demonstrou preocupação com as manifestações do conde D’Eu, esposo da herdeira do trono brasileiro, a princesa Isabel, por ocasião do centenário da Revolução Francesa, as quais foram interpretadas como favoráveis à mudança na forma de governo. Tal fato foi representado pelo semanário com a imagem do indígena, em alusão à nação, de braços abertos sobre uma elevação do terreno, em sinal de surpresa, tecendo a consideração de que esse discurso “fortemente abalou os nervos do país, por ter ‘enfarruscado os seus horizontes políticos’”, como confirmavam as pesadas nuvens que se aproximavam¹⁰². A administração do Estado foi retratada pelo periódico como uma tarefa penosa, ao apresentar o líder partidário Silveira Martins não conseguindo dar vencimento aos

¹⁰² BISTURI. Rio Grande, 23 ago. 1889.

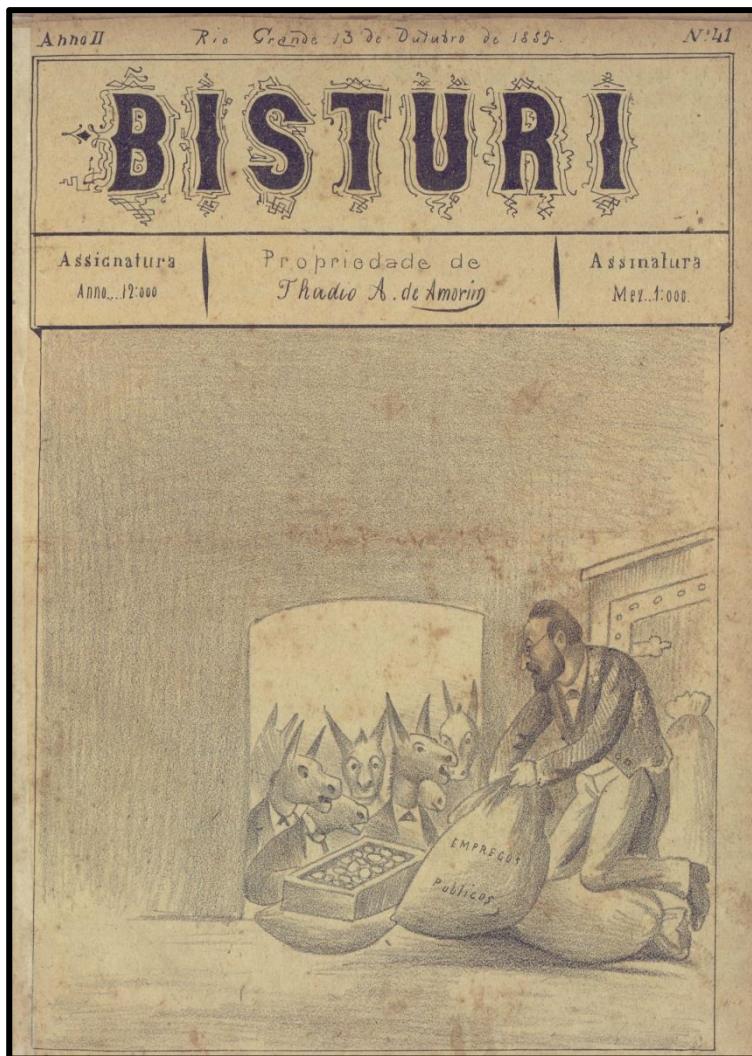
ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

interesses pecuniários dos políticos, que eram comparados a asnos esfomeados, ávidos por consumir o “milho” como designava as verbas políticas. Nesse sentido o chefe liberal estaria a dizer: “Que gritaria, Santo Deus! Como é bom o *milho* do governo, são tantos a quererem...”¹⁰³.

¹⁰³ BISTURI. Rio Grande, 13 out. 1889.



ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-
GRANDINA NA DÉCADA DE 1880



A permanência dos liberais no controle do aparelho do Estado seria extremamente efêmera, só que dessa vez, ao invés das tradicionais inversões

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

partidárias, não foi só o gabinete que caiu, mas o regime como um todo. Os desassossegos do *Bisturi* quanto à continuidade da Monarquia, assolada por constantes crises, viriam a se confirmar com a implantação da República. O jogo agora não era mais entre liberais *versus* conservadores e um novo cenário político-partidário-ideológico se anunciava e para o qual o hebdomadário ilustrado teve de se adaptar. O *Bisturi*, em seus primeiros tempos de existência, contou com a oportunidade de conviver e observar caricaturalmente, pelo prisma liberal, os ferrenhos embates entre os dois partidos imperiais, inclusive colaborando com tal acirramento, que, em boa parte, também contribuiu para a desagregação definitiva do regime monárquico.

O atentado contra D. Pedro II e os informes dos periódicos diários da cidade do Rio Grande

A virada do século XIX ao XX tornou-se um período fértil em atentados contra chefes de Estado, nos quais, por vezes tais homens públicos conseguiam escapar ilesos ou feridos, mas, em outros casos, resultavam em regicídios ou assassinatos de Presidentes da República. A imprensa exerceia um papel essencial na divulgação desse tipo de crime, trazendo ao seu público leitor uma versão normalmente laudatória, com destaque para os considerados “feitos” das vítimas de atentados ou assassinatos, as quais na maior parte das vezes eram apresentadas sob um prisma vinculado à heroicização. A partir de tal enfoque, a morte intentada ou efetiva aparecia com um caráter simbólico, ritual e memorialístico, voltado a fixar a imagem do alvo, considerado em linhas gerais como um “grande homem” e um “líder inconteste” que teria feito o papel de “guia” de seus súditos ou eleitores, sofrendo a tentativa de morte ou martírio na defesa dos interesses deles.

Nesse sentido, os assassinatos políticos intentados ou realizados assumiam o papel de uma trama, cujo fundo trazia consigo uma função didática de propalados ensinamentos quanto a condutas e exemplos de natureza cívica e moral. A questão fundamental era apontar os riscos de possíveis rupturas institucionais, as

quais eram plenamente identificadas com os atentados aos chefes de Estado, uma vez que os mesmos teriam consigo a representação do *status quo*, comumente associado à manutenção da estabilidade e da normalidade. A criação imaginária em torno do governante como uma espécie de simbologia de nação, realizada em larga escala pela imprensa periódica, trazia junto dela a perspectiva pela qual o ataque ao homem público significaria também, por extensão, um atentado contra o conjunto da nacionalidade.

Assim, o líder, fosse rei ou presidente, indiferentemente à forma de governo, surgia nas páginas dos periódicos como verdadeiro baluarte, supostamente ungido pelo apoio popular, independente se oriundo de resultados eleitorais, ou mesmo direitos hereditários. Em tais registros a autoridade governamental estaria a transcender a própria humanidade, ascendendo a uma categoria forçosamente atrelada à heroicidade. Havia então o protagonismo desses chefes de Estado, que passavam a ser alocados na categoria de heróis nacionais e mártires em nome da causa pátria. Nessa linha, a abordagem jornalística assumia uma espécie de enfoque biográfico, muitas vezes confundido com as criações textuais entabuladas em torno daquilo que era considerado como as descrições da vida daqueles que por convenção eram denominados de “grandes homens”, ou ainda, quase beirando a hagiografia.

Ao repercutir sobre tal tema, os periódicos cumpriram uma função fundamental ao tratar-se da morte, ou de sua tentativa, mormente no caso de

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

governantes, vinculada à publicidade do evento¹⁰⁴, a qual promovia um verdadeiro culto à memória da vítima¹⁰⁵, garantindo-lhe uma espécie de sobrevida, avolumada no caso de personagens considerados ilustres¹⁰⁶. Na grande maioria das vezes os textos eram construídos em tons encomiásticos e por vezes até louvaminheiros. Ocorria então uma espécie de teatralização do evento, corroborando igualmente com a criação de estereótipos em torno da vítima do atentado, servindo à fixação de suas ações e suas feições junto à memória coletiva¹⁰⁷.

Tal processo histórico desencadeou-se também no Brasil à época imperial, mais especificamente a 15 de julho de 1889, em época de agravamento da crise do regime, quanto D. Pedro II, ao sair do teatro, foi alvo de um atentado. A carruagem do imperador foi atingida por tiros de arma de fogo, em ação perpetrada por manifestante que exclamava palavras de conteúdo antimonárquico. Tal ato criminoso foi realizado pelo cidadão português Adriano Augusto do Valle, o qual foi preso e identificado. Ainda que não tenha havido vítimas fatais, o ataque ao chefe de Estado teve

¹⁰⁴ ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte*. Sintra: Europa-América, 2000. p. 29.

¹⁰⁵ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 100.

¹⁰⁶ GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. A visão da morte ao longo do tempo. In: *Medicina* (Ribeirão Preto) 2005; 38 (1), p. 19.

¹⁰⁷ Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Atentados contra governantes e imprensa ilustrada brasileira: estudos de caso*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2023. p. 7-9.

significativa repercussão, notadamente por meio da imprensa, com as discussões concentrando-se nas motivações de Valle, cogitando-se inclusive a questão da sua sanidade. Esse assunto também repercutiu junto ao jornalismo diário rio-grandino.

Sob o título “Atentado inaudito”, o *Diário do Rio Grande* relatava que “a cidade pode-se dizer que foi alarmada com a notícia transmitida pelo telégrafo de que o chefe de Estado, S. M. o Imperador fora vítima de um grave e inaudito atentado”. Descrevia que “um indivíduo, aos gritos de ‘viva a república!’, disparara tiros contra a carruagem que conduzia o Sr. D. Pedro II”, o qual “saía então do teatro com sua augusta esposa”. Considerava que “o fato é sumamente grave e provocou profunda indignação nesta cidade, como sem dúvida, e naturalmente, a deve ter provocado em todo o Império”. A folha rio-grandina opinava que “atentar contra a vida de um ancião respeitável por tantos títulos, é uma verdadeira covardia, contra qual se revoltam todos os homens de bem”¹⁰⁸.

Nesse sentido, o *Diário* apontava que “o Sr. D. Pedro II, pelas suas elevadas qualidades de cidadão, pelo seu patriotismo, pela elevada posição que tem ocupado e ocupa no seu país”, se tornaria “merecedor do respeito de todos, inclusive dos que não aceitam a forma de governo de que S. M. é o primeiro e mais elevado representante”. Destacava ainda que “um homem que tem consagrado uma vida inteira a promover o bem da sua pátria”, bem como “dado tantas e tão eloquentes provas de patriotismo, de abnegação e

¹⁰⁸ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

desprendimento, é credor do respeito e da consideração geral”¹⁰⁹.

Na concepção do periódico, se o monarca, “como chefe de Estado tem praticado erros”, os mesmos deveriam ser “relevados, tendo-se em conta a pureza das suas intenções e o muito que tem amado esta grande pátria, que ele tem honrado e tanto procura engrandecer”. Dessa maneira, afiançava seu crédito de que não haveria “brasileiro que se honre desse nome e ame bastante a sua pátria que aprove semelhante atentado”. A partir de tal constatação, declarava que não faria “ao partido republicano, aos seus homens dirigentes, àqueles que trabalham pela transformação radical de forma de governo”, entretanto “sem efusão de sangue e menos ainda sem sacrifício da vida do Imperador”, qualquer “injustiça de considerá-los, já não diremos culpados, mas solidários com a infâmia que se praticou na capital do Império”¹¹⁰.

Ainda a respeito dos republicanos, o *Diário do Rio Grande* destacava que eles “condenam as instituições vigentes, mas jamais permitiriam” que “se atentasse contra a pessoa daquele que, além de ser primeiro magistrado da nação”, seria também “um brasileiro distíssimo, e tão patriota como os que mais o são”. A publicação rio-grandina conjecturava que se os antimonárquicos pensassem o contrário, tal fato “seria de resultados inteiramente negativos para a sua propaganda e os seus intuitos”. Na ideia do diário, “só os indivíduos sem a menor imputabilidade e quiçá com as faculdades perturbadas”, poderiam “atentar contra a

¹⁰⁹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 jul. 1889.

¹¹⁰ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 jul. 1889.

inviolabilidade física daquele que pelas suas virtudes cívicas e privadas, é merecedor de todo homem que se presa”¹¹¹.

Ainda quanto ao caráter considerado como inexplicável do atentado, o *Diário* exaltava que D. Pedro II era “um ancião que não faz mal a ninguém e que, pelo contrário, faz todo o bem que pode”, sendo “um homem honrado e um grande patriota”. Assumindo a voz da opinião pública, o periódico concluía que, “interpretando o sentimento geral de nossa população, protestamos contra o atentado brutal, inaudito, de que foi alvo o venerando e preclaro monarca”¹¹². Em outra nota sobre o tema, o *Diário do Rio Grande* informava que “o Imperador tem recebido inúmeros telegramas de felicitações de toda a parte, por motivo de haver escapado à tentativa de assassinato”. Além disso, citava que “o corpo diplomático, por intermédio do Ministro de Estrangeiros, mandou igualmente apresentar os seus respeitos ao monarca”, além de apontar que havia um “projeto de mandar-se entoar um solene *Te Deum* pelo fato”¹¹³.

Por sua vez o *Eco do Sul* informava que “o telégrafo trouxe-nos a notícia de haver sido praticada na Corte uma tentativa de assassinato contra a vida preciosa de S. M. o Sr. D. Pedro II”. Perante o acontecido, o jornal dizia “deplorar o ato brutal e anti-humano, para a reprovação” do qual não encontrava “palavras bastante fortes”, sem poder “crer que semelhante atentado partisse do seio do povo brasileiro”.

¹¹¹ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 jul. 1889.

¹¹² DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 17 jul. 1889.

¹¹³ DIÁRIO DO RIO GRANDE. Rio Grande, 19 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

Argumentava assim que “nem é essa a índole dos nossos compatriotas”, destacando que “não há no país uma pessoa que destoe do respeito que se vota ao excelso monarca”¹¹⁴.

Nessa linha de enaltecimento do soberano, o *Eco* reforçava a perspectiva pela qual não haveria em meio à população brasileira, motivos para a execução da tentativa de assassinato, dizendo que até mesmo “os próprios republicanos admiram e veneram o augusto chefe do Estado, que pelo seu talento e tudo quanto de grandioso exorna o seu caráter”, tinha “se imposto à estima da nação, durante uma vida que não é curta”. Considerava que “os republicanos constituem grande parte da população brasileira” e reforçava que “o atentado de que S. M. foi vítima não está na índole do nosso povo”¹¹⁵.

O periódico fazia referência a um telegrama recebido “à última hora”, que teria vindo “esclarecer os fatos”. De acordo com a interpretação que a folha rio-grandina fez do informe, “S. M. foi vítima de uma tentativa de momento, de um ato de loucura”, de modo que, “premeditação, se a houve, foi de um desvairado, que não deixou transpirar suas intenções”. O *Eco do Sul* concluía que não pretendia “saber quem foi o autor de semelhante atentado”, podendo “ter sido mesmo” um “brasileiro”, mas que fora “vítima, no nosso parecer, de um ato de loucura”. Para arrematar o texto, a publicação diária rio-grandina afirmava que, “fosse ele quem fosse, praticasse sob qualquer pressão de ânimo”, cumpria à redação da folha, “em nome dos brasileiros, protestar

¹¹⁴ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 jul. 1889.

¹¹⁵ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 jul. 1889.

contra essa vilania incompatível com a nossa dignidade” e “com a nossa civilização”¹¹⁶.

O *Artista* se referia a “um lamentável sucesso, que veio a surpreender e contristar a todos que prezam a pátria e o seu bom nome”. Em seguida passava a descrever que, na saída do Imperador do Teatro Santana, “um indivíduo deu vivas à república, disparando contra o carro em que ia S. M. alguns tiros de revólver, que felizmente não acertaram”. Diante disso, o periódico argumentava que não tinha “palavras para exprimir em toda a veemência a reprovação que de todos merece o inaudito atentado”, o qual estaria a fornecer “vergonhoso testemunho da nossa civilização e do espírito de tolerância e de cordura do povo brasileiro”, caso “a índole nacional pudesse ser aferida por um fato particular, e não fosse conhecida”¹¹⁷.

Segundo tal diário, faltavam “ainda pormenores da criminosa agressão”, de modo que não poderia ajuizar se deveria “lançar à conta da propaganda, que ultimamente socorre-se de todos os expedientes, para minar e aluir a ordem de coisas estabelecida”, ou ainda se poderia considerar o atentado como “um ato pessoal” e a “explosão de um sentimento de loucura e covardia individual”. O periódico dizia-se inclinado “a crer que o partido republicano, os que realmente estão convencidos da utilidade da mudança e forma governativa por verdadeira crença em princípios”, não teria “aconselhado a agressão, nem armado o braço de quem a cometeu”. Opinava que “o terreno” em que os republicanos deveriam “dar combate é o da discussão e

¹¹⁶ ECO DO SUL. Rio Grande, 17 jul. 1889.

¹¹⁷ ARTISTA. Rio Grande, 16 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

da doutrinação, único campo onde, com dignidade e sem perigo para o país, podem diligenciar a conquista de adesões a novas forças". Por outro lado, considerava que se viesse "a verificar", o que não estaria a prever, que aos antimonárquicos coubesse "a autoria e a responsabilidade do crime, a opinião pública castigará com a sua reprovação e o seu repúdio o emprego de tão brutal e aviltante recurso"¹¹⁸.

Na concepção do *Artista*, "os homens que para fazerem triunfar as suas ideias lançam mão das armas dos assassinos" não poderiam "esperar que se acredite no seu amor pela liberdade, pois que nem ao menos respeitam a vida alheia". Destacava que aqueles "que não vacilam ante o risco imenso de lançarem o país aos horrores da anarquia e da desordem, apregoando o seu patriotismo", não estariam a fazer mais do que "afivelar uma máscara para se apoderarem do ânimo popular e saciarem à larga os seus desejos de ambição e de despótico mando". Também informava que "a notícia do atentado" fora "recebida nesta cidade com tanta surpresa como indignação", de modo que tal "agressão causou no ânimo de toda a população, sem distinção de classe nem de nacionalidade, a mais profunda mágoa pela ofensa feita a S. M.", além da "mais veemente condenação pelo brutal e indigno ataque"¹¹⁹.

A respeito do Imperador, o *Artista* dizia tratar-se de um "monarca verdadeiramente constitucional", que, "durante o seu reinado tem exercido com o maior patriotismo e a mais alta correção a suprema magistratura do Brasil", vindo a aliar-se "sempre à

¹¹⁸ ARTISTA. Rio Grande, 16 jul. 1889.

¹¹⁹ ARTISTA. Rio Grande, 16 jul. 1889.

vontade nacional para o engrandecimento da pátria”, sem impor “jamais a sua vontade” e “não impondo nunca obstáculos às aspirações da opinião pública”. A respeito da trajetória do soberano, historiava que fazia quase um quarto de século “que o Imperador desembarcou nesta cidade”, em uma época na qual “a Província tinha sido invadida pelos paraguaios”, de forma que, “inspirado pela elevada compreensão dos seus deveres de primeiro cidadão”, viera a acudir “em defesa da pátria, levantando com a sua presença e o seu nobre exemplo o ânimo público abatido e impressionado pelos azares da guerra”¹²⁰.

Ao relembrar tal data, o periódico buscava trazer “à memória o patriotismo com que S. M. acompanha todos os sucessos do país, e a maneira cheia de abnegação e de lealdade” com a qual “compartilha com os brasileiros das felicidades e das desgraças da pátria”. Diante disso, propunha que “mais intensamente” se deveria “fazer sentir em todos os rio-grandenses a reprovação pelo infame atentado, que acaba de ser cometido na Corte”. Nessa linha, o *Artista* julgava “interpretar com verdade o sentimento de todos os seus concidadãos”, vindo a manifestar “a indignação que a criminosa tentativa provocou, e, por ter sido felizmente malograda, jubilosamente se congratula com todos os seus compatriotas”¹²¹.

Assim, *Diário do Rio Grande*, *Eco do Sul* e *Artista* trouxeram informes acerca do atentado contra D. Pedro II. O impacto junto à comunidade rio-grandina, com uma propalada indignação de parte do conjunto da

¹²⁰ ARTISTA. Rio Grande, 16 jul. 1889.

¹²¹ ARTISTA. Rio Grande, 16 jul. 1889.

ENSAIOS ACERCA DA IMPRENSA PERIÓDICA RIO-GRANDINA NA DÉCADA DE 1880

população foi um dos destaques. A ignorância quanto aos motivos do ataque também constituiu uma tônica em meio às abordagens jornalísticas, havendo ainda um certo cuidado em isentar o movimento republicano de participação mais direta no ato. Um ponto em comum nas apreciações dos três diários rio-grandinos esteve vinculado à exaltação da figura do Imperador, sendo-lhe atribuídas diversas qualidades. Nesse sentido, além de considerarem a perpetração do crime como uma atitude completamente inaceitável, os jornais da cidade do Rio Grande não conseguiam detectar qualquer tipo de razão na tentativa de assassinato de um soberano que teria uma ampla aceitação popular. Dessa maneira, *Diário, Eco* e *Artista* traziam em suas páginas impressas uma exaltação encomiástica para com o chefe de Estado, contribuindo para a fixação da imagem de um governante ideal em meio à memória coletiva da população.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amalgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-012-8